

MAIS DE 700 MIL MAÇOS DE CIGARROS SÃO APREENDIDOS

CARGA IRREGULAR Um carregamento irregular de 750 mil maços de cigarro com nota fiscal fraudulenta foi apreendido no domingo (2), na BR-116, em Vitória da Conquista, sudoeste do estado. Os maços eram levados em uma carreta que foi parada em fiscalização da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O caminhão com placa do Rio de Janeiro foi parado no KM 830 da rodovia. Quando o compartimento de carga foi aberto, os agentes encontraram as centenas de caixas de papelão com pacotes de cigarro de origem nacional.

Ao ser questionado, o motorista apresentou uma nota fiscal que, segundo a PRF, foi emitida de maneira fraudulenta. Ele contou que pegou a carga em Duque de Caxias, no Rio, e levava para Salvador, por R\$ 13 mil.

A carga foi encaminhada para a **Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz)**, para ser regularizada, incluindo pagamento de tributos e multas de irregularidades.

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Comércio registra saldo de 5 mil vagas

Embora tenha fechado 600 vagas em março, o comércio baiano teve um acumulado positivo no primeiro trimestre baiano, com um saldo de cinco mil postos de trabalho, um número ainda mais expressivo quando se consideram os efeitos devastadores da pandemia.

O setor sofreu duramente o impacto da segunda onda do coronavírus, ocasionando necessárias medidas restritivas, como única forma de evitar a proliferação da peste em um país de vacinação muito lenta e desordenada.

A Federação do Comércio do Estado da Bahia comemora o resultado, apesar das incertezas proporcionadas por um cenário de dificuldades nos próximos meses, enquanto os problemas de saúde pública não deixarem de produzir danos à economia.

— Como o comércio teve restrições ao longo dos meses de março e abril, o próximo dado deve vir ainda pressionando para baixo — antevê o economista Guilherme Dietze, consultor da Fecomércio-BA.

Segundo Dietze, o bom saldo do trimestre será suficiente para manter a renda das famílias e o poder de consumo no curto prazo, como sinal positivo para aumentar a confiança dos empresários lojistas.

CENÁRIO DE SUPERAÇÃO — Com todas as preocupações ensejadas pelas circunstâncias, o cenário ainda seria melhor em relação às projeções, vencendo os varejistas as adversidades inevitavelmente impostas para impedir a circulação do coronavírus.

Mesmo sem previsão de controle da pandemia, não se deve descartar o momento de reabertura gradual a impulsionar o faturamento das empresas, na visão dos dirigentes, crédulos na fórmula convencional a partir de emprego, renda e consumo.

“A cara de pau de Salles e Bolsonaro de pedir dinheiro na cúpula do clima enquanto há R\$ 3 bilhões do Fundo Amazônia que não são executados se combina com o autoritarismo típico de bolsonaristas”

TALÍRIA PETRONE, deputada federal, em audiência pública na Câmara com o ministro do Meio Ambiente



Uendel Galter / Ag. A TARDE

QUESTÕES | Quando chove, o que acontece com todos os trabalhadores que dependem do sol? Podemos chamar de digna uma sociedade com tanta gente sem saber se vai pôr pão na mesa a depender da mudança do tempo?

Outro imperativo categórico: sobreviver ao “intangível” planetário

Marcos Luna

Médico, escritor, pós-graduação na Harvard University e Ufba
doutor.luna@gmail.com

“Aja de tal modo que a máxima da tua ação possa se constituir em uma Lei Universal” — I. Kant

Muito instigante a tese do cansaço humano nas sociedades contemporâneas submetidas ao nefasto neoliberalismo econômico e a avassaladora pandemia Covid-19. Entretanto, suspeito que, para além da semântica imprecisa, seria mais pertinente o desalento existencial do corpo. Não é verdade que o sofrimento que está recaído sobre as sociedades acontece democraticamente, melhor dizendo, se dissemina homogeneamente. Os mais pobres são aqueles que perfazem a maior frequência estatística da mortalidade na

pandemia: os doentes e mortos pertencem, flagrantemente, às classes sociais mais baixas!

A normalidade e a moralidade sempre foram controversos na filosofia e na ciência, assim como na epidemiologia e na psiquiatria. Em Kant a adoção da racionalidade permitirá ao Ser uma insubmissão para além das da natureza. Muito aquém da certeza, nas circunstâncias his-

Percebamos em que mãos estão as vacinas que irão proteger ou salvar os sobreviventes mais fortes e privilegiados

tóricas conformadoras das mentalidades e comportamentos humanos, a ameaça aterrorizante desta pandemia à sobrevivência da espécie implicará no diagnóstico: a vulnerabilidade do Homo sapiens perante a natureza ainda persevera diante desta ameaça transnacional quase apocalíptica.

Ademais, as pessoas são elas em suas premissas materiais e intangíveis; o leitmotiv, quase sempre incognoscível, será a sobrevivência: “...in struggle for life only the strongest ones will survive”, sentenciou o cientista Charles Darwin. Ainda em Kant, “...o conhecimento não será a apreensão passiva de dados nem resultante de uma análise puramente lógica”. Contemplamos placidamente a escalada do número de mortes pelo coronavírus — nem mesmo a guerra do Brasil contra o Paraguai fez 400 mil óbitos! — sem o clamor generalizado? Naturalização do trágico ou alienação neo-

fascista imperdoável?!

Quedamos medrosos sob uma catástrofe epidemia planetária. O que isto significará para a lógica econômica capitalista ainda prevalente?! O desespero ao abandono das populações com os escapismos suicidas, a letalidade viral e famélica com a violência fratricida cavalegando no ritmo arbitrado pelo saber da ciência, sob o domínio das corporações biotecnológicas de governos hegemônicos around the world.

A pandemia está desvelando a extrema desigualdade entre as pessoas... as vísceras podres das estruturas e estamentos predominantes nas comunidades... onde a maioria dos seres humanos almeja apenas sobreviver! Finalmente, percebamos em que mãos estão as vacinas que irão proteger ou salvar os sobreviventes mais fortes e privilegiados. Estaria o imenso infortúnio da humanidade, realmente, nesta peste viral? A ver.

DA REDAÇÃO

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

“Sempre eles”

Lendo o Espaço do Leitor do jornal ATARDE de 1º de maio de 2021, vejo o texto da senhora Sonia Lobo com o título “Sempre eles”, em que ela diz que os professores ficaram 400 dias sem trabalhar e agora ameaçam greve e que, em tempos normais sem pandemia, a categoria já conta com mais de 50% de licença médica. Quero dizer à estimada senhora que toda generalização é deveras complicada. Sou professor no município de Lauro de Freitas e não fiquei e não estou sem trabalhar. Toda a rede do município vem trabalhando remotamente desde março de 2020 e acabamos de concluir o ano letivo de 2020. Digo mais: fui submetido a uma cirurgia de hérnia discal lombar em 13 de novembro de 2020 e deixei o hospital no dia 15 do mesmo mês e ano; e já no dia 16, mesmo na cama e usando o meu notebook cumpro com os meus horários de aulas remotas e não apresentei atestado médico à Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Lauro de Freitas e não deixei de participar das reuniões online do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) de Lauro de Freitas, onde exerço a função de conselheiro.

Creio, senhora, que muitas e muitos colegas docentes de outras redes de ensino públicas não estão inseridas(os) no seu fatídico texto. Solicito que tenha um maior cuidado ao escrever para não produzir nefastas generalizações. JAGUARACY CONCEIÇÃO, JAGUARACYC2@GMAIL.COM

Ofertas incômodas

Lembro que algum tempo atrás o Procon criou um site para cadastrar telefones para não serem importunados com ofertas de produtos e serviços. Acredito que por falta de fiscalização isso foi relegado ao des-

Não entendo por que com preparo de custo alto, tantos técnicos e supervisores caros, os jogadores cometem tantos erros em campo. Por que chutam tanto por cima da trave

caso. Principalmente agora que estamos em casa confinados, tenho recebido diariamente inúmeras ofertas de operadoras de telefonia, de TV por assinatura, cartões de crédito, lojas de departamentos, transporte por aplicativo e até banco, dos quais nem sou correntista, oferecendo empréstimo já aprovado. BENEDITO FERNANDES DE OLIVEIRA, BFO1947@HOTMAIL.COM

Por que nosso Bahia perdeu

Como torcedor e sócio do E. C. Bahia mas também pelo meu histórico de ter jogado futebol por toda vida, disputando vários campeonatos amadores, tendo não só como companheiros e adversários vários jogadores profissionais e ex-profissionais, que muito me passaram das coisas do futebol. Assim é que não entendo que hoje, com preparo de custo alto, com tantos técnicos e supervisores caros, os jogadores cometem tantos erros em campo. Por que chutam tanto por cima da trave, bem longe dos três paus. E por que Pirlô, meu companheiro da A.D. Dribble, aspirante do Bahia, só chutava rasteiro e no canto, podia às vezes passar rente à trave, e como fazia gols, era nosso artilheiro e também do aspirante. São segredos que aprendi com vários craques do passado e que não entendo... E outra: por que

os técnicos também não sabem o momento, e que jogadores substituir? Neste sábado, o Bahia teve toda a oportunidade de até golear o Ceará, que talvez tenha feito sua pior partida, caso não houvesse a expulsão do bom zagueiro Otávio. Aí o técnico se perdeu. Tira seu melhor jogador em campo, Daniel, que vinha dominando o meio campo, e mantém o pior em campo, Taciano. No 2º tempo, fomos favorecidos com a igualdade numérica, mas o time não produzia e tampouco o Ceará, que parece veio pra empatar. Demorou demais de fazer as substituições e só colocou em campo os dois melhores jogadores do último confronto quando faltavam 10 minutos para o final. Aliás, outra grande falha dos técnicos, que permitem que se pratiquem tantas faltas desnecessárias próximo à área. E aí, que aconteceu? Falta besta de Nino, e o castigo. Gol de Jael, que nada fez no jogo. E o segredo... não digo aqui que vai servir para os adversários. Se a direção técnica tiver interesse, sendo eu sócio, é só ligar. Se duvidam de meus conhecimentos dessa arte que ainda pratico nos meus 84 anos, já ganhei com sete jogadores contra 11, aplicando algumas táticas que criei na hora e placar final 1x0, pela Liga dos Comerciantes no campo do Sesc. FRANZ SCHLEU, FRANZ@FRANZREPRESENTACOES.COM.BR

COVID-19 Remessa inicial do imunizante da Pfizer feita pelo Ministério da Saúde no país é destinada apenas às capitais

Primeiro lote de vacinas da Pfizer e mais 405 mil doses da Oxford chegam à Bahia

RODRIGO AGUIAR

O primeiro lote de vacinas da Pfizer chegou ontem à Bahia. Foram encaminhadas ao estado 26.910 doses das 499.590 distribuídas por todo o país pelo Ministério da Saúde. Esta primeira remessa do imunizante da Pfizer é destinada apenas às capitais. Além disso, chegaram também ontem à Bahia mais 405 mil doses da vacina de Oxford/AstraZeneca, produzida pela Fiocruz.

As primeiras vacinas da Pfizer chegaram ao Brasil na última quinta-feira. O imunizante precisa ser armazenado em baixíssimas temperaturas. A Secretaria Municipal de Saúde já deve acrescentar as doses da Pfizer à estratégia de vacinação da capital hoje.

“A previsão do ministério é de que ele receba nesse primeiro mês de maio 1 milhão de doses, mas um quantitativo maior já a partir de junho. A ideia desse primeiro lote, fracionado em 500 mil doses agora, foi exatamente testar a estrutura da nova cadeia de frio, que é diferente da habitual, que é de 2 a 8 graus. Eles estão avaliando inicialmente apenas nas capitais. Se tudo correr bem, a previsão é de que a próxima remessa possa ser distribuída para outras cidades que possuam refrigeradores de -80 graus”, afirmou o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas.

A Bahia possui 30 ultracongeladores capazes de armazenar as vacinas em nove cidades polo, segundo a Secretaria Estadual de Saúde (Sesab). Os equipamentos estão localizados nos municípios de Feira de Santana (5), Juazeiro (3), Jacobina (2), Ilhéus (4), Teixeira de Freitas (2), Barreiras (3), Alagoinhas (1), Vitória da Conquista (5) e na Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (5), em Simões Filho, que atende a toda a Região Metropolitana de Salvador (RMS).

“Na temperatura de -70 graus, a validade da vacina é a do fabricante, de seis meses. A -20 graus, ela vale por 14 dias. E entre 2 a 8 graus, só tem validade de cinco dias. Por isso, a Bahia investiu em equipamentos para manter essas vacinas em temperaturas negativas”, explicou a coordenadora do Programa Estadual de Imunização, Vânia Vanden Broeke.

Reino Unido

De acordo com o secretário, o plano inicial do ministério era reservar as outras 500 mil doses do primeiro lote da Pfizer para aplicação da segunda dose dentro do intervalo de 21 a 28 dias recomendado pelo fabricante. No entanto, esse prazo foi alongado para 12 semanas. “A gente não sabe se o ministério vai querer manter ou se haverá possibilidade de algum aporte extra de vacinas da Pfizer dentro dos próximos três meses”, disse

A Secretaria Municipal da Saúde já deve acrescentar as novas doses à estratégia de vacinação da capital hoje

Vilas-Boas. Ao definir a ampliação do intervalo entre as doses, o Ministério da Saúde afirmou que estratégia semelhante foi usada no Reino Unido, com bons resultados. Em nota técnica, a pasta menciona estudos feitos nos Estados Unidos e Reino Unido que apontam uma elevada efetividade após a primeira dose do imunizante.

Conforme o ministério, um intervalo maior torna possível vacinar mais pes-

soas. Os dados epidemiológicos e de efetividade do imunizante serão monitorados constantemente e a recomendação pode ser revista, acrescenta a pasta. “Em cenários de maior disponibilidade da vacina, o intervalo recomendado em bula [21 dias] poderá ser utilizado”, afirma o ministério.

O titular da Sesab lembrou que a vacina da Pfizer contra a Covid-19 possui a maior eficácia, com 80% de garantia

de proteção já com a primeira dose. No entanto, o secretário recomendou que o imunizante não seja aplicado em pessoas com alergias muito fortes. “De modo geral, as pessoas chamadas atópicas, com alergias a medicamentos, frutos do mar, reações severas alérgicas não deveriam fazer uso dessa vacina”, declarou.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse que o governo federal está “na imi-

nência” de fechar um novo contrato com a Pfizer para a aquisição de mais 100 milhões de doses da vacina. Atualmente, há um acordo para a compra de 100 milhões de doses até setembro. “Ou seja, o Brasil terá à disposição 200 milhões de doses do imunizante da Pfizer. Esse segundo contrato prevê para outubro 35 milhões de doses da Pfizer”, declarou Queiroga, em um evento na sede da Fiesp, em São Paulo.

Camila Souza / Gov-BA



Vacinação para pessoas com comorbidades é ampliada

O cronograma de vacinação da prefeitura do Salvador amplia a imunização das pessoas com comorbidades hoje para o público com idade igual ou superior aos 48 anos. A vacinação desse pessoal segue a ordem descrita no Plano Nacional de Imunização (PNI), e todos devem observá-la para entender se estão ou não incluídos no(s) grupo(s).

Ademais, todos os demais quatorze públicos já garantidos no programa de imunização, além dos soteropolitanos que buscam a sua segunda dose, seguem sendo

vacinados na capital baiana. A partir de hoje serão contempladas na campanha de vacinação municipal todas as doenças ligadas a comorbidades que estão listadas no PNI. Além de ter a sua doença elencada, é preciso seguir alguns critérios para poder ser imunizado.

O cidadão deve ter 48 anos ou mais, ter o nome cadastrado no site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e, ao chegar ao local de vacinação, apresentar um documento oficial com foto.

Para quem vai buscar o serviço hoje é importante observar antes o site do “Filômetro” (<https://filometro.saude.salvador.ba.gov.br/>) para ver os postos, e como estão as filas nos locais.

Para quem vai buscar o serviço é importante checar antes o “Filômetro”

Ontem à noite, em sua conta do Twitter, o prefeito Bruno Reis explicou um pouco sobre essa situação das comorbidades listadas no PNI. “[...] Tem muita gente com dúvidas. Confirma a lista das comorbidades elencadas no Plano Nacional de Imunização (PNI) e os pontos de vacinação”, alertou Bruno que anexou imagens à publicação.

Nesta mesma publicação, um cidadão que pediu para não ser identificado criticou o processo adotado. “É muito bonitinho falar que vai dar vacina nas comorbidades, mas para fazer o cadastramento precisa ir para um médico. Se eu for no posto, não sou vacinado por não estar cadastrado no site da prefeitura”, reclamou o internauta.

Além deles, os demais já contemplados seguem sendo imunizados.

TÁCIO CALDAS, SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

Bahia registra 2.791 novos casos e mais 89 óbitos

Na Bahia, nas últimas 24 horas, foram registrados 2.791 casos de Covid-19 (alta de +0,3%) e 2.252 recuperados (+0,3%). O boletim epidemiológico de ontem também registra 89 óbitos. Apesar de as mortes terem ocorrido em diversas datas, a confirmação e registro foram realizados ontem.

Dos 909.912 casos confirmados desde o início da pandemia, 874.929 já são considerados recuperados, 16.253 encontram-se ativos e 18.730 tiveram óbito confirmado. O boletim epidemiológico contabiliza ainda 1.206.106 casos descartados e 197.276 em investigação.

Estes dados representam notificações oficiais compiladas pela Diretoria de Vigilância Epidemiológica em Saúde da Bahia (Divep), em conjunto com as vigilâncias municipais e as bases de dados do Ministério da Saúde até as 17 h de ontem.

Na Bahia, 47.460 profissionais da saúde foram confirmados para Covid-19. O número total de óbitos por Covid-19 na Bahia desde o início da pandemia é de 18.730, representando uma

letalidade de 2,06%.

Dentre os óbitos, 55,5% ocorreram no sexo masculino e 44,4% no sexo feminino.

Sobrecarga da equipe

Em relação ao quesito raça e cor, 54,5% corresponderam a parda, seguidos por branca com 21,9%, preta com 15,4%, amarela com 0,4%, indígena com 0,1% e não há informação em 7,4% dos óbitos. O percentual de casos com comorbidade foi de 64,3%, com maior percentual de doenças cardíacas e crônicas (73,6%).

A existência de registros tardios e/ou acúmulo de casos deve-se a sobrecarga das equipes de investigação, pois há doenças de notificação compulsória para além da Covid-19. Outro motivo é o aprofundamento das investigações epidemiológicas por parte das vigilâncias municipais e estadual a fim de evitar distorções ou equívocos, como desconsiderar a causa do óbito um traumatismo craniano ou um câncer em estágio terminal, ainda que a pessoa esteja infectada pelo coronavírus.

PREFEITURA DE MULUNGU DO MORRO
PREGÃO PRESENCIAL SRP 06/21. Objeto: aquisições de gêneros alimentícios. Menor preço por lote. Dia 14/05/21 às 14:30h. Edital: <https://bipeba.ba.gov.br/>. Informações: na CPL, Rua Eronides S. Santos, 55. Mulungu do Morro/Ba. 03/05/21. Edimário José Boaventura. Prefeito.

CIMURC – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO RIO DAS CONTAS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 06/21. Local site: [www.licitacoes-e.com.br](http://licitacoes-e.com.br). N° da Licitação: 870457. Objeto: fornecimento de brita gravilhões, pó de pedra e areia cessada. Dia 14/05/21 às 9:30h. Edital: <http://cimurc.ba.ipmbrasil.org.br/diario>. Informações: e-mail licitacimurc@gmail.com. Jequié/Ba. 03 de maio de 2021. Juliana Bispo dos Santos. Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
TOMADA DE PREÇO 01/21. Objeto: reforma do prédio da Sec. de Educação e das unidades escolares do município. Dia 19/05/21 às 9h. Edital: <https://bipeba.ba.gov.br/>. Informações: na CPL, Pç. 19 de Setembro, 02, ou tel. 7436482110 ou e-mail: licitapmb@gmail.com. Ilhéus/Ba. 04 de maio de 2021. Demosthenes de Sousa B. Filho. Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA
Extrato do Contrato 1094/21, PP 27/21. Contratante: PMPD. Contratado: Cristiane Miranda de Souza Me. CNPJ 23.679.291/0001-91, objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios. Valor: R\$ 35.750,00. Vigência: 15/04 a 30/12/21. // Extrato do Contrato 1093/21, PP 27/21. Contratante: PMPD. Contratado: SRP – Comercial de P. Dutra Ltda. CNPJ 10.553.185/0001-15, objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios. Valor: R\$ 626.460,00. Vigência: 15/04 a 30/12/21. Presidente Dutra/Ba. 04 de maio de 2021.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

JUROS A previsão estava no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada toda semana pelo Banco Central, que em abril já havia sinalizado alta de 0,75 ponto

Mercado financeiro espera que Selic suba para 3,5%

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

O mercado financeiro espera que a taxa básica de juros, a Selic, suba 0,75 ponto percentual para 3,5% ao ano, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), marcada para hoje e amanhã.

A previsão estava no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos. Em abril, a diretoria do BC já havia sinalizado alta de 0,75 ponto percentual na taxa Selic.

Para o mercado financeiro, a taxa continuará a subir nas reuniões seguintes e encerrará 2021 em 5,5% ao ano. Para o fim de 2022, a estimativa é que a taxa básica suba para 6,25% ao ano. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é de 6,5% ao ano.

Inflação

O BC usa a Selic como principal instrumento para controlar a inflação. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, há reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, desaquecendo a economia.

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacio-



Para analistas, a taxa deve continuar subindo para encerrar 2021 em 5,5% ao ano

José Cruz / Agência Brasil / 26.10.2016

nal de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano foi ajustada de 5,01% para 5,04%. Esse foi o quarto aumento consecutivo na projeção.

Para 2022, a estimativa de inflação passou de 3,6% para 3,61%. Tanto para 2023 como para 2024 a previsão para o índice é de 3,25%.

A projeção para 2021 está próxima do limite da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. O centro da meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

PIB e câmbio

As instituições financeiras consultadas pelo Banco Central elevaram a projeção para o crescimento da economia brasileira este ano de 3,09% para 3,14%. Para o próximo ano, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – passou de 2,34% para 2,31%.

Em 2023 e 2024, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 2,5%.

A expectativa para a cotação do dólar se mantém em R\$ 5,40 ao final deste ano. Para o fim de 2022, a previsão é que a moeda americana continue nesse patamar.

TRANSPORTE NAVAL

Brasil não renovará dois acordos

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

O governo brasileiro decidiu não renovar os acordos bilaterais para transporte marítimo que mantém há décadas com Argentina e Uruguai. Entre outras coisas, os pactos estipulam que a movimentação de mercadorias entre portos dos países signatários deve ser feita, de preferência, em navios registrados em uma destas nações.

O acordo assinado com a Argentina, terceiro maior parceiro comercial do Brasil, está em vigor desde 1985.

Já o pactuado com o Uruguai, desde 1976. Ambos preveem a hipótese de cancelamento unilateral, bastando, para isso, que uma das partes comunique sua intenção antecipadamente.

Segundo dados da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, cerca de 46% de todos os produtos que o Brasil exportou para a Argentina, em 2019, foram transportados por via marítima.

No caso do Uruguai, este percentual ficou na casa dos 40%. A decisão brasileira já foi notificada às autoridades

dos dois países. E não é inédita. Em 2020, o Brasil não renovou o convênio que mantinha com o Chile desde 1974. Além dos acordos com Argentina e Uruguai (ainda em vigor), o Brasil mantém tratados semelhantes com a Alemanha, Argélia, Bulgária, China, França, Polônia, Portugal e Rússia.

Reserva de mercado

Com o fim dos acordos, o Brasil reduz reserva de mercado, ampliando a competitividade no setor. “Constatamos que há uma reserva de mercado, uma imposição de barreira geográfica que

restringe a competição entre as empresas, limitando a capacidade dos usuários escolherem seus fornecedores, além de outros efeitos que acabam por onerar o frete”, afirmou a secretária-executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento e Exportação, do Ministério da Economia, Natasha Miranda, em debate que o Instituto Besc de Humanidades e Economia realizou no mês passado.

Segundo Natasha, os acordos contribuem para encarecer o valor dos custos de transporte de mercadorias entre os países signatários.

EM FEVEREIRO

Ipea aponta queda de 1,1% nos investimentos

ANA CRISTINA CAMPOS

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aponta uma retração de 1,1% na comparação entre fevereiro e janeiro, na série com ajuste sazonal. Ainda assim, o trimestre móvel terminou em fevereiro registrou alta de 22,4%.

Na comparação com o ano anterior, os investimentos atingiram um patamar 7,8% superior ao verificado em fevereiro de 2020. O resultado foi divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O Indicador de FBCF mede os investimentos no aumento da capacidade produtiva da economia e na reposição da depreciação do estoque de capital fixo. A FBCF é composta por máquinas e equi-

pamentos, construção civil e outros ativos fixos.

Segundo o estudo, o consumo aparente de máquinas e equipamentos, que corresponde à produção nacional destinada ao mercado interno acrescida das importações, caiu 2,9%, apesar da alta de 47,2% no trimestre móvel. Enquanto a produção de máquinas e equipamentos registrou recuo de 4,3% em fevereiro, a importação teve aumento de 13,1% no mês.

De acordo com o Ipea, os investimentos em construção civil cederam 1,2% em fevereiro, segunda queda consecutiva após uma série de oito altas registradas.

Dessa forma, o segmento avançou 2% no trimestre móvel.

O desempenho acumulado em 12 meses, porém, revelou queda de 1,3%.

IMPOSTO DE RENDA

Somente 52% enviaram declaração até agora

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil Brasília

A 28 dias do fim do prazo, quase metade dos contribuintes ainda não acertou as contas com o Leão. Até o momento, 17.217.336 contribuintes enviaram a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), 52,8% do previsto para este ano. O balanço foi divulgado pela Receita Federal, com dados apurados até 11h de ontem.

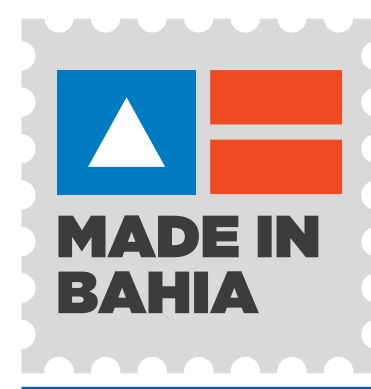
Neste ano, o Fisco espera receber até 32.619.749 declarações. No ano passado, foram enviadas 31.980.146 declarações.

O prazo de entrega começou em 1º de março e vai até as 23h50min59s de 31 de maio. A data limite foi adiada em um mês para suavizar as dificuldades no recolhimento de documentos im-

postas pela pandemia de Covid-19.

No último dia 13, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que propõe adiar novamente o prazo para 31 de julho, por causa do agravamento da pandemia. Como o texto foi aprovado no Senado, só depende de sanção presidencial para passar a valer.

O programa para computador está disponível na página da Receita Federal na internet. Quem perder o prazo de envio da declaração terá de pagar multa de R\$ 165,74, ou 1% do imposto devido, prevalecendo o maior valor. A entrega é obrigatória para quem recebeu acima de R\$ 28.559,70 em rendimentos tributáveis em 2020. Isso equivale a um salário acima de R\$ 1.903,98, incluído o décimo terceiro.



Sobre cores, investimento e evolução



ROBERTO GARCIA

Diretor geral da Tronox no Brasil

Quem passa pela fábrica da Tronox na Bahia, localizada no km-20 da Estrada do Coco, BA-099, próximo a Arembepe, muitas vezes se pergunta o que é produzido ali. Aqui vai uma dica: é algo que faz parte de quase todos os objetos que estão ao seu redor enquanto você lê este texto. Por exemplo, na tinta da parede, na armação dos seus óculos, em sua roupa, na capa do seu celular, em móveis e objetos de decoração, em eletrodomésticos da linha branca, na caixa d'água e nos tubos e conexões, no lápis de cor, na escova de dentes e em muitos outros produtos.

A fábrica é a primeira e única produtora de pigmento de dióxido de titânio (TiO2) do Brasil e este ano celebra o seu aniversário de 50 anos. O pigmento TiO2 é um pó branco usado para dar cor, brilho e resistência a tintas, plásticos, borrachas e muito mais. Sabe aquelas sandálias de borracha brasileiras que fazem sucesso no mundo – lá tem pigmento produzido na fábrica da Tronox da Bahia. Também no papel das cédulas de 200 reais. Gosta de vinho? Tem marca premium que usa o pigmento baiano no rótulo. Brinquedos e outros materiais e acessórios plásticos bem coloridos levam o pigmento feito na Bahia para garantir que não fiquem transparentes e que suas cores sejam mais resistentes às intempéries.

A lista é longa, principalmente quando se soma às aplicações do pigmento fabricado pela Tronox em suas outras oito fábricas localizadas nos EUA, França, Inglaterra, China, Arábia Saudita, Holanda e Austrália. Nesse caso, entram na lista, inclusive, produtos que auxiliam a criação de barreiras contra a Covid-19: o pigmento de TiO2 está na embalagem e na cobertura de remédios, em equipamentos médicos como monitores e ventiladores respiratórios. Está também em próteses cirúrgicas, embalagens médicas e equipamentos de proteção individual.

Há até mesmo pigmento de TiO2 ultrafino que confere às tintas o poder de captar partículas poluentes do ar, as quais são usadas na pintura de ruas e estradas e em fachadas de prédios. Protetor solar, pasta de dentes, goma de mascar, batom, pinturas para carros, motos e embarcações, e por aí vai.

A história da fábrica da Bahia coincide com a própria história da produção do pigmento de TiO2 no Brasil, livrando a indústria nacional da dependência da importação do produto. Ao longo desses 50 anos, a empresa evoluiu em práticas de segurança, desempenho ambiental, tecnologia de processo, TI, relacionamento com as comunidades, capacitação das equipes, governança, entre outros aspectos.

A evolução é constante. Para o período 2021-2022, investiremos R\$ 137 milhões no Brasil, em projetos voltados principalmente para modernização, automação e gestão ambiental.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

Tribuna

Balança comercial

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 10,349 bilhões em abril, com crescimento nas exportações e importações sobre abril de 2020, quando a economia brasileira foi fortemente impactada pelo início da pandemia do coronavírus. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira, 3, pela Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Economia. Em abril de 2020, o resultado também tinha sido positivo, em US\$ 6,163 bilhões. O superávit de abril veio perto do piso do intervalo das estimativas do mercado financeiro na pesquisa Projeções Broadcast, de US\$ 10 bilhões.

Auxílio

A 14ª parcela do Salvador Por Todos, que beneficia 18.551 profissionais informais e população em situação de rua de Salvador, começou a ser paga pela Prefeitura nesta segunda-feira (3), através da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (Sempre). O benefício, no valor de R\$270, foi instituído para apoiar os trabalhadores autônomos, cadastrados nos órgãos municipais, que tiveram a renda reduzida devido à necessidade de distanciamento social causada pela pandemia. O secretário da Sempre, Kiki Bispo, destaca que o pagamento segue de forma escalonada, de acordo com a letra inicial do nome de cada trabalhador.

Vende-se 1

O Governo da Bahia pediu autorização à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) para a venda de imóveis na capital e interior, entre eles a Rodoviária de Salvador, o Detran e o Centro de Convenções. De acordo com a proposição, os recursos da venda destes e de outros bens serão integralmente alocados no Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos da Bahia (Funprev). A alienação dos bens e imóveis de propriedade do Estado ocorrerá por meio de leilão.

Vende-se 2

“A presente proposição visa imprimir eficiência na utilização e disposição dos bens imóveis estaduais, para garantir economicidade nos gastos públicos com a manutenção destes bens, bem como aplicar recursos no Funprev”, explicou o governador Rui Costa, em mensagem encaminhada aos deputados estaduais. O chefe do Executivo pediu que o projeto seja apreciado em regime de urgência.

Tribuna

Parlamentares baianos defendem desoneração da indústria química

Secretário diz que 12 mil postos de trabalho podem chegar ao fim na Bahia

HENRIQUEBRINCO
REPÓRTER

A Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) promoveu um debate sobre a necessidade de barrar os artigos 3º e 4º da Medida Provisória nº 1.034/2021, editada pelo Governo Federal, que dão fim à desoneração do setor químico nas alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre a compra de matérias-primas básicas de primeira e segunda geração. Políticos, empresários, gestores, representantes de sindicatos, trabalhadores e entidades representativas se manifestaram sobre a medida em

uma conferência virtual promovida pela Casa na semana passada.

Para eles, o fim do chamado Regime Especial da Indústria Química (REIQ), criado com o objetivo de garantir maior competitividade à Indústria Química, acarretaria em fechamento de diversas fábricas em todo o Brasil, influenciando diretamente na economia. Foi unânime, durante a discussão, acelerar as articulações, de forma suprapartidária e nacional, para vetar esses pontos da iniciativa, já que as medidas provisórias têm vigência imediata e calendário reduzido de tramitação no Congresso (máximo de 120 dias).

O senador Jaques Wagner (PT-BA), por exemplo, sugeriu que deputados e senadores com maior acesso ao Governo Federal articulem conversas com o presidente da Câmara e Senado Federal e os convença de retirar o REIQ da MP. O presidente Adolfo Menezes (PSD), por sua vez, vê risco imediato para o Polo Industrial da Bahia, com o possível fechamento de plantas e demissão de milhares de trabalhadores: "Com o REIQ, as alíquotas de PIS e Cofins são de 3,65%; sem o regime diferenciado, passarão a 9,75%. Seria catastrófico".

O secretário estadual de Planejamento, Walter Pinheiro – que foi relator do

atual REIQ, de 2013, enquanto senador – estima que o fim do regime, na Bahia, pode acabar com mais de 12 mil postos de trabalho na forma direta, e seu impacto no ICMS pode chegar a R\$ 2 bilhões. "Estamos preparando o caminho para a próxima fronteira do Polo Petroquímico de Camaçari e não podemos permitir que se arrebetem as pernas desse setor", sugeriu.

Segundo projeções da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), o impacto com a revogação do REIQ incide sobre o PIB, emprego e arrecadação. O setor deixará de produzir R\$ 2,7 milhões (cenário favorável).



A AL-BA promoveu um debate sobre a necessidade de barrar os artigos 3º e 4º da Medida Provisória que dão fim à desoneração do setor químico

(VIVA.07)

Tribuna

Athur Lira quer fatiar a reforma tributária em quatro partes

DARLAN ALVARENGA, G1

A cobrança de impostos diretos sobre patrimônio no Brasil abocanha uma fatia maior da renda das famílias mais pobres do que daquelas que estão nas camadas mais altas. Já o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) perde a sua estrutura progressiva na hora de tributar os chamados super-ricos. As constatações são de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A análise compara o impacto de 4 tributos (IPTU, IPVA, IRPF e contribuição previdenciária) nas diferentes faixas de renda e apresenta sugestões para corrigir distorções e tornar o sistema tributário brasileiro mais progressivo. Ou seja: quanto mais a pessoa ganha, maior deve ser o peso do imposto pago.

O estudo, divulgado na semana passada e elabora-

do pelo pesquisador do Ipea Pedro Humberto de Carvalho Junior, traz também propostas "para o alimentar o debate da reforma tributária" e "redução da desigualdade via tributação".

O presidente da Câmara, Athur Lira, defende fatiar reforma tributária em quatro partes. A expectativa é que o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta em curso na comissão mista do Congresso, entregue nesta terça-feira (4) o seu relatório.

O impacto da tributação direta em cada faixa de renda foi calculado com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre 2017 e 2018 pelo IBGE, abrangendo 57,9 mil domicílios.

Dos 4 tributos analisados, o mais regressivo – que pesa mais no bolso dos mais pobres do que dos mais ricos – é o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de

Veículos Automotores). O IPTU e a contribuição previdenciária também passam a ter impacto menor nas faixas de maior renda.

Já o imposto de renda perde força no nível de progressividade a partir da faixa de rendimento domiciliar mensal acima de 36 salários mínimos, grupo que reúne o 1,2% mais rico do Brasil (veja na tabela acima).

O estudo corrobora constatações de outros levantamentos que apontam que os mais ricos pagam, proporcionalmente, menos impostos do que os pobres e os menos ricos. De acordo com a análise do Ipea, a progressividade do imposto de renda é progressiva só até certo ponto, passando a cair significativamente para os contribuintes do topo extremo de faixa de renda, que têm isenção sobre lucros e dividendos e, em razão disso, conseguem ter uma tributação sobre a renda menor do que

a que incide sobre salários.

"A renda do capital geralmente sofre uma alíquota mais baixa que o imposto de renda sobre os salários e acabam os mais ricos tendo uma tributação efetiva menor. Os mais ricos são os top 1%, 0,5%", afirmou o pesquisador ao G1.

ALÍQUOTA DE IR

O pesquisador chama a atenção que o 1,2% mais rico do Brasil tem uma alíquota efetiva de 7,2% no IR, quando são consideradas todas as fontes de renda e isenções, mas que esse percentual cai para os super-ricos.

"Analisando-se mais os grandes números da Receita Federal para o ano de 2018, os 0,64% mais ricos (renda acima de 80 salários mínimos) sofreram uma alíquota efetiva de apenas 3,9%, nível similar aos declarantes com renda de cerca de 7 salários mínimos", destaca o estudo.

Tribuna

Balança comercial tem superávit de US\$ 10,34 bi

ALEXANDRO MARTELLO E
JÉSSICA SANT'ANA, G1 —
BRASÍLIA

A balança comercial registrou superávit recorde de US\$ 10,349 bilhões em abril, informou ontem o Ministério da Economia.

O superávit é registrado quando as exportações superam as importações. Se ocorre o contrário, é registrado déficit comercial.

No mês passado, as vendas externas somaram US\$ 26,481 bilhões e as compras do exterior totalizaram US\$ 16,132 bilhões, segundo números oficiais.

De acordo com o governo, esse é o maior superávit comercial para um único mês desde o início da série

histórica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (hoje fundido à Economia), em janeiro de 1989.

Até então, o maior superávit mensal havia sido registrado em julho do ano passado, quando as exportações superaram as compras do exterior em US\$ 7,601 bilhões (valor revisado).

O bom resultado, entre outros fatores, está relacionado à forte demanda mundial por produtos básicos, como alimentos e minério de ferro, além da disparada do dólar no Brasil - que torna as vendas externas brasileiras mais rentáveis.

O subsecretário de Inteligência e Estatísticas de

Comércio Exterior, Herlon Brandão, disse que as vendas de soja tiveram destaque no resultado de abril.

"Demanda mundial aquecida, com preços em alta, e um embarque de soja mais concentrado. Esses são os principais fatores que favoreceram esse resultado [das exportações] de abril", afirmou Brandão.

"Até março, o principal fator que explicava o aumento das exportações era o preço. Com esse grande aumento das quantidades [de embarques], chegou a esse bom resultado, com valor recorde exportado de mais de 26 bilhões de dólares. Destaco a agropecuária, sobretudo a soja. Chegamos a um volume de ex-

portação de soja neste mês [de abril] de 17,4 milhões de toneladas, um recorde absoluto para embarque de soja", completou o subsecretário.

No acumulado dos quatro primeiros meses deste ano, o governo informou que a balança teve saldo positivo de US\$ 18,257 bilhões, valor 103,9% maior do que o registrado em no mesmo período de 2020, quando foi registrado um saldo positivo de US\$ 8,955 bilhões.

De janeiro a abril, as exportações somaram US\$ 82,130 bilhões, uma alta de 26,6% na média diária em relação ao mesmo período do ano passado, e as importações somaram US\$ 63,873 bilhões, uma alta de 14%.

Cadastro positivo levou a queda dos spreads

VALOR ONLINE

A implantação do cadastro positivo "provavelmente" levou a uma queda "economicamente relevante" dos spreads bancários no período de agosto a dezembro do ano passado, de acordo com relatório enviado nesta segunda-feira (3) pelo Banco Central (BC) ao Congresso Nacional. Os spreads são a diferença entre a taxa final cobrada pelas instituições financeiras e o custo de captação desses recursos.

ENTENDA O CADASTRO POSITIVO

De maneira simplificada, o cadastro positivo é formado

por uma base de dados a respeito do histórico financeiro de pessoas físicas e jurídicas, como atrasos ou não no pagamento de empréstimos. Com base nessas informações, os clientes ganham espécies de notas, nas quais as instituições financeiras se baseiam para decidir quanto cobrar por empréstimos.

No documento, a autoridade monetária destaca que, no caso do crédito pessoal não consignado, o spread caiu em média 10,4% na comparação entre os usuários que tinham pontuação no cadastro e aqueles que não tinham. Esse recuo equivale a uma queda de 31 pontos percentuais, "quando considera-

da a taxa de juros média de 299% ao ano observada nessa amostra de operações".

No caso dos tomadores que tiveram melhora em sua nota no período, o recuo foi ainda maior, de 15,9%, o equivalente a 40 pontos percentuais. Nesse caso, a taxa anterior média era de 257% ao ano.

"A relação entre taxa de juros e escores mostram evidência de que as informações provenientes do cadastro positivo provavelmente levaram a uma queda, em média, das taxas juros para clientes novos de operações de empréstimo pessoal no período de agosto a dezembro de 2020", diz o BC. "Essa queda foi estatisticamente

significante e economicamente relevante para aqueles tomadores cujo escore novo era melhor do que o escore antigo." A instituição ressalta, no entanto, que os números foram analisados durante a pandemia, "o que prejudica a generalização de resultados para outros períodos".

Uma lei de 2019 estabeleceu a inclusão automática de dados no cadastro positivo. Se quiserem retirá-los de lá, empresas e pessoas físicas precisam fazer uma solicitação formal. Antes, o sistema funcionava de forma oposta: os tomadores de empréstimos precisavam pedir para serem incluídos no cadastro.

Tribuna

Crédito bancário acumula R\$ 4,5 trilhões no primeiro ano de Covid

G1

A concessão de crédito pelos bancos brasileiros atingiu recorde no primeiro ano de pandemia do coronavírus. Um levantamento da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) com base em dados do Banco Central mostra que o saldo entre março de 2020 e março de 2021 foi de R\$ 4,5 trilhões, uma média de R\$ 347,3 bilhões por mês.

Por essa métrica, os 12 meses de pandemia tiveram média mensal de empréstimos 6,3% maior que o ano de 2019. O maior volume, de crédito livre, chegou a uma média de 304,3 bilhões, alta de 1,7% em relação a 2019. O crédito direcionado subiu 56,4%, mas parte de média bem mais baixa: de R\$ 27,5 bilhões para R\$ 42,9 bilhões ao mês.

Nessa janela de pandemia, a média de crédito entregue à Pessoa Jurídica teve aumento de 12,1% comparado a 2019, chegando a R\$ 168,4 bilhões. A Pessoa Física manteve liderança, mas subiu menos: alta de 1,4%, atingindo R\$ 178,9 bilhões ao mês.

"Mesmo em um período de intensa crise econômica decorrente da pandemia, o crédito mostrou uma expansão robusta e disseminada entre seus diversos segmentos, reforçando o importante papel que desempenhou para evitar uma recessão ainda mais

aguda em 2020, além de ajudar atualmente no processo de recuperação", diz Isaac Sidney, presidente da Febraban, em nota.

A Febraban ressalta ainda que o estoque de crédito bancário atingiu seu maior patamar já registrado em março deste ano, chegando a R\$ 4,1 trilhões. Comparado a fevereiro de 2020, a alta foi de 17,8%. "Com o forte avanço, a relação crédito/PIB passou de 46,7% (em fevereiro de 2020) para 54,4% (em março de 2021), também atingindo volume inédito", diz nota da entidade.

RENEGOCIAÇÕES

As renegociações de crédito foram a principal medida de crédito adotada na pandemia. Segundo a Febraban, foram 17 milhões de contratos reajustados de meados de março a dezembro em 2020, que somavam saldo devedor de R\$ 1 trilhão. Ao longo da crise, os agentes bancários fizeram extensão de prazo para pagamento de dívidas e suspensão de parcelas para quem estivesse com contas em dia. As parcelas suspensas somaram R\$ 150 bilhões.

As micro e pequenas empresas receberam concessões de crédito no valor de R\$ 325,2 bilhões, entre novos contratos e renovações. Só do Pronampe, programa de crédito com garantia financiada pelo governo federal, foram desembolsados R\$ 37,5 bilhões.

Tribuna

Planalto já investiu quase 5 bi em vacinas

A previsão do governo federal é investir mais de R\$ 92 bi no enfrentamento da Covid-19

O secretário especial de Fazenda, do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, apresentou, ontem, uma análise dos impactos fiscais das medidas de enfrentamento à Covid-19 nas contas do governo federal, aos parlamentares da Comissão Temporária da Covid-19, no Senado.

A previsão do governo é investir mais de R\$ 92 bi no enfrentamento da Covid-19 e, até agora, mais de R\$ 20 bi já foram pagos. O Auxílio Emergencial teve R\$ 9,7 bi, o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) R\$ 630 milhões, as despesas adicionais dos ministérios R\$ 5 bi e aquisição de vacinas R\$ 4,6 bi.

"A política fiscal segue em um ambiente que nos permite avançar, com uso desses recursos públicos, que são escassos, mas que tentamos tratar de maneira mais direta, transparente e efetiva, para o combate às mazelas trazidas pela

pandemia que o mundo enfrenta", explicou Waldery Rodrigues Júnior.

A prestação mostra que o governo já gastou, ao todo, cerca de R\$ 544 bi. Em 2020, foram R\$ 524 bi gastos, em um total previsto de R\$ 604 bi. Apenas com o pagamento do Auxílio Emergencial foram desembolsados mais de R\$ 300 bi e as transferências aos estados e municípios somaram quase R\$ 113 bi, no ano passado.

A excepcionalidade dos gastos, já que foram em decorrência de uma pandemia inesperada, interferiu negativamente no resultado primário das contas do governo no ano passado, que são as diferenças entre as receitas e gastos primários usados para o custeio de folhas de pagamento e investimentos em obras, por exemplo.

Em 2020, o resultado primário foi de menos 10% do valor do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas do país,



O MINISTÉRIO da Saúde começou a distribuir 1 milhão de vacinas da Pfizer/BioNTech contra Covid-19 nos estados

no ano. As despesas pularam de 19,5% para 26% sobre o valor do PIB, e a receita líquida foi de 16,2% do valor do produto.

Para Waldery, a pandemia, de certa forma, desafia o governo a ser mais criterioso na

preservação dos recursos para o enfrentamento da Covid-19, sem desequilibrar as contas públicas.

"O enfrentamento da pandemia, de forma legítima e direta, nos trouxe a um outro posicionamento fiscal

com gasto primário muito elevado, e mantido, naquele momento, de forma mais contida no ano de 2020, para que nos dê condições de prontamente responder aos novos desafios no atendimento à Covid-19", ressaltou.

VACINAÇÃO

Ontem, o Ministério da Saúde começou a distribuir 1 milhão de vacinas da Pfizer/BioNTech contra Covid-19 nos estados. O carregamento chegou ao Brasil na última quinta-feira (29). Cerca de 500 mil doses são necessárias para aplicação da primeira dose do imunizante e a orientação do MS é que a vacina da Pfizer/BioNTech seja disponibilizada para uso em pessoas com comorbidades, gestantes e pessoas com deficiências permanentes. O transporte e acomodação do novo tipo de vacina foram organizados para manter os imunizantes estocados em ambientes com temperaturas exigidas de -20°C. Nas salas de vacinação a temperatura de estoque da vacina pode variar entre 2°C e 8°C.

Desde janeiro, o Ministério da Saúde já distribuiu mais de 70 milhões de doses da vacina contra a Covid-19 nos estados. O alcance é estimado em 43,7 milhões de pessoas.

Tribuna

Balança comercial tem resultado recorde

No mês passado, o país exportou US\$ 10,349 bilhões a mais do que importou. Bom resultado

WELLTON MÁXIMO – REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL - BRASÍLIA

Beneficiada pela alta das commodities (bens primários com cotação internacional) e pela recente mudança de metodologia, a balança comercial registrou o melhor saldo da história para meses de abril. No mês passado, o país exportou US\$ 10,349 bilhões a mais do que importou.

O saldo é 67,9% maior do que em abril de 2020. No último mês, as exportações somaram US\$ 26,481 bilhões, alta de 50,5% sobre abril de 2020 pelo critério da média diária. As exportações bateram recorde histórico para todos os meses desde o início da série histórica, em 1989. As importações totalizaram US\$ 16,132 bilhões, alta de 41,1% na mesma comparação.

Além da alta no preço das commodities, as exportações também subiram por causa da base de comparação. Em abril de 2020, no início da pandemia da covid-19, as exportações tinham caído por causa das medidas de restrição social. O volume de mercadorias embarcadas, segundo o Ministério da Economia, aumentou 22,2%, enquanto os



preços subiram, em média, 21,6% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Com o resultado de abril, a balança comercial acumula superávit de US\$ 18,257 bilhões nos quatro primeiros meses do ano. O resultado é 106,4% maior que o do mesmo período de 2020, também pelo critério da média diária, e só perde para 2017, quando o superávit no primeiro quadrimestre tinha somado US\$ 19,039 bilhões.

METODOLOGIA

No mês passado, o Ministério da Economia mudou o cálculo da balança comercial.

Entre as principais alterações, estão a exclusão de exportações e importações "fictas" de plataformas de petróleo. Nessas operações, plataformas de petróleo que jamais saíram do país eram contabilizadas como exportação, ao serem registradas em subsidiárias da Petrobras no exterior, e como importação, ao serem registradas no Brasil.

Outras mudanças foram a inclusão, nas importações, da energia elétrica produzida pela usina de Itaipu e compra do Paraguai, num total de US\$ 1,5 bilhão por ano, e das compras feitas pelo programa Recof, que concede

isenção tributária a importações usadas para produção de bens que serão exportados. Toda a série histórica a partir de 1989 foi revisada com a nova metodologia.

SETORES

Em abril, todos os setores registraram crescimento nas vendas para o exterior. Com o início da safra de grãos, as exportações agropecuárias subiram 44,4% em relação a abril do ano passado. Os principais destaques foram café não torrado (27,1%), soja (43,1%) e algodão bruto (112,8%).

Beneficiada pela valorização de minérios, as exportações da indústria extrativa aumentaram 73,2%, com destaque para minério de ferro e concentrados (106,3%), minérios de cobre e concentrados (26,2%) e óleos brutos de petróleo (49,2%). As vendas da indústria de transformação subiram 43,9%, impulsionada por combustíveis (128,9%), gorduras e óleos vegetais (202,2%) e aço (66,3%).

Do lado das importações, as compras do exterior da agropecuária subiram 1,6% em abril na comparação com abril do ano passado. A indústria extrativa registrou alta de 35,5% e a indústria de transformação teve crescimento de 42,6%.

Tribuna

Governo anuncia vetos em projeto de socorro a setor de eventos

PEDRO RAFAEL VILELA -
REPÓRTER DA AGENCIA
BRASIL - BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro decidiu vetar alguns trechos do projeto de lei que cria o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O anúncio foi feito pelo próprio presidente à imprensa, no Palácio do Planalto, no início da noite de ontem. Ele estava acompanhado do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do secretário de produtividade, emprego e competitividade da pasta, Carlos da Costa.

O texto de socorro ao setor de eventos foi aprovado pelo Congresso Nacional no último dia 7 de abril e tinha que ser sancionado pelo presidente até hoje. A medida aprovada prevê o parcelamento de débitos de empresas do setor de eventos com o Fisco federal, além de outras ações para compensar a perda de receita em razão da pandemia de covid-19.

A intenção é beneficiar, por exemplo, empresas de hotelaria em geral, cinemas, casas de eventos, casas noturnas, casas de espetáculos, e empresas que realizem ou comercializem congressos, feiras, feiras de negócios, shows, festas, festivais, simpósios ou espetáculos em geral e eventos esportivos, sociais, promocionais ou culturais, além de entidades sem fins lucrativos.

O projeto prevê alíquota zero do PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por 60 meses e a extensão, até 31 de dezembro de 2021, do Programa Emergencial de Acesso a Crédito para as empresas do setor.

E é justamente a redução de impostos um dos itens que serão vetados por Bolsonaro. "Alguns vetos se farão necessários, para se evitar até uma judicialização", justificou o presidente.

De acordo com Carlos da Costa, o motivo do veto é técnico.

"Isso, neste momento, nós vamos ter que vetar, por um motivo muito simples. Não existia uma estimativa que coubesse dentro das compensações tributárias que precisariam ser feitas. O volume de compensações tributárias que deveriam ser feitas, caso tudo fosse sancionado, ele teria um aumento de imposto sobre outros setores, que é algo que o presidente sempre falou que é contra. Nós não aumentamos impostos nesse governo", afirmou.

Segundo o secretário, o governo vai negociar diretamente com o setor para focalizar a redução de impostos sobre aquelas empresas que realmente necessitam.

"Aqueles empresas desses setores que não tiveram queda na receita não precisam dessa ajuda. Empresas muito grandes, por exemplo, também não precisam dessa ajuda. A solução deverá se centralizar naquelas empresas que mais sofreram e que não sejam tão grandes assim, porque daí o volume de

compensação é muito menor do que aquele que seria necessário. É um veto que não elimina a vantagem tributária que nós vamos dar", explicou.

O ministro Paulo Guedes assegurou que os vetos serão pontuais "no sentido de aperfeiçoamento" do projeto, para, segundo ele, evitar "imperfeições jurídicas que acabem atrapalhando".

A íntegra dos vetos ao projeto só deve ser publicada na edição desta terça-feira (4) do Diário Oficial da União.

Além das compensações tributárias, a medida aprovada no Parlamento vai permitir que empresas do setor usem recursos do Fundo Garantidor para Investimentos na concessão de garantia a empréstimos concedidos pelo setor bancário.

Para financiamentos tomados no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 20% do total disponível serão destinados a empresas do setor de eventos e hotelaria.

Tribuna

Governo negocia com a Pfizer mais 100 milhões de doses

O ESTADO DE S. PAULO

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou ontem, durante evento na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) que um segundo contrato com a Pfizer, na iminência de ser assinado, prevê mais 100 milhões de doses da vacina contra a covid-19, com a entrega de 35 milhões em outubro.

"Ou seja, o Brasil terá à disposição da sociedade 200 milhões de doses da Pfizer, ainda para este ano, porque este segundo contrato prevê para o mês de outubro 35 milhões de doses da Pfizer", disse Queiroga durante evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O ministro explicou que o acordo em negociação é um segundo contrato com a Pfizer, que se soma ao já assinado e que prevê a aquisição pelo Ministério da Saúde de 100 milhões de doses da vacina, desenvolvida em parceria com a alemã BioNTech, até o final de setembro.

Na ocasião, o ministro também defendeu uma re-



forma do Sistema Único de Saúde (SUS) e criticou reajustes de preços feitos por planos de saúde privados durante a pandemia de covid-19 no Brasil. "O Sistema Único de Saúde é um patrimônio de todos os brasileiros, devemos fortalecê-lo, não só na assistência especializada à saúde, mas sobretudo na atenção primária", disse Queiroga.

"Nós precisamos reformar o Sistema Único de Saúde. É claro que nós temos uma reforma tributária a ser analisada pelo Congresso Nacional, nós temos um ambiente político muito exigente, com muita divergência, redes sociais muito inflamadas", afirmou, acrescentando que é necessário mudar modelo do SUS com melhor eficiência

da alocação dos recursos.

Sobre saúde suplementar, Queiroga disse que não tem interesse em controlar preços, criticou a concentração no setor e a regra que permite à Agência Nacional de Saúde Suplementar regular os reajustes de planos de saúde, mas não os de planos individuais.

"Não é função do Ministério da Saúde intervir em política de preço, deixo bem claro aqui para não dizerem que estou querendo controlar preço da saúde suplementar, não quero e não é minha função, mas também não podemos achar que é normal determinadas seguradoras num contexto pandêmico querendo reajustar plano de saúde em 30%", criticou. / REUTERS

Orçamento deste ano é "insuficiente"

CORREIO BRAZILIENSE

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou ontem durante evento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) que o Orçamento de 2021 para a pasta é "insuficiente para cobrir todas as necessidades". A peça aprovada no Congresso foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro no último dia 23, com cortes e contingenciamentos de R\$ 29,1 bilhões que atingiram todas as pastas, inclusive a da Saúde, apesar do cenário de pandemia.

Foram cortados R\$ 2,2 bilhões do Orçamento da Saúde. "É insuficiente para cobrar todas as nossas necessidades. Mas o ministro Paulo Guedes (Economia) já me assegurou que nós faremos as modificações orçamentárias necessárias para que não falte dinheiro para assistência à Saúde", afirmou.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 04/05/2021	Página: 11

Tribuna

Confiança do empresariado baiano teve alta em abril

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), índice que avalia as expectativas do setor produtivo do estado, calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apresentou, em abril, um quadro de maior confiança comparativamente ao observado no mês anterior. Com este aumento, o primeiro após três quedas mensais consecutivas, o pessimismo recuou ligeiramente e a confiança empresarial interrompeu a trajetória de decréscimo iniciada em janeiro passado.

Numa escala que pode variar de -1.000 a 1.000 pontos, o ICEB marcou -275 pon-

tos, revelando-se negativo pela 14ª vez consecutiva. Mesmo com a alta mais recente, a confiança do empresariado local permaneceu na zona de Pessimismo pela segunda vez em sequência.

O resultado do mês de abril indicou uma alta de confiança da ordem de 12 pontos em relação ao observado em março (-287 pontos) – configurando-se mais como uma acomodação em patamar baixo, após queda acentuada em março, do que um avanço significativo propriamente dito. Num comparativo com o registrado um ano antes (-549 pontos), a melhora no indicador foi de 274 pontos.

RONALDO JACOBINA



ronaldojacobina@gmail.com /ronaldojacobina /ronaldojacobina

FESTA DO INTERIOR

A partir de amanhã, o 4º Festival de Teatro do Interior da Bahia retoma sua programação adiada em março do ano passado, por conta da pandemia. A ideia é voltar a chamar atenção para a produção teatral do interior do estado, mostrando as montagens que foram selecionadas para concorrer ao Prêmio de Melhor Espetáculo do Interior no Prêmio Braskem. Os 60 espetáculos inscritos serão transmitidos remotamente no canal do Teatro da Bahia no YouTube.

HOTEL DE LUXO: LICITAÇÃO DO RIO BRANCO SAIRÁ NOS PRÓXIMOS DIAS

O projeto de transformar o Palácio Rio Branco, no Centro Histórico, em hotel de luxo começa a se transformar em realidade. A comissão nomeada pelo Governo do Estado para elaborar a licitação que dará a concessão do imóvel à iniciativa privada vem trabalhando em ritmo acelerado para garantir a publicação do edital ainda na primeira quinzena deste mês. A Secretaria Estadual de Turismo (SETUR) não revela o valor do lance mínimo e nem o prazo de concessão. Em nota enviada pela assessoria de comunicação, a pasta diz que estas informações serão divulgadas somente no edital.

TIAGO CALDAS/ ARQUIVO CORREIO



Palácio Rio Branco

Apostas

Segundo a SETUR, o estudo feito pelo grupo Vila Galé, que teve uma pequena parte bancada pelo Governo do Estado, será disponibilizado para todos os concorrentes do certame. Embora o mercado aposte que os portugueses levarão o prédio histórico, vale lembrar que em 2019, conforme divulgado pelo site Olho Público, o grupo, que possui duas unidades hoteleiras na Bahia, acabou desistindo de um investimento de R\$ 150 milhões no Sul do estado, cujo empreendimento hoteleiro já estava licenciado. A coluna não conseguiu contato com o grupo Vila Galé.

Páreo

Conforme já divulgado pela coluna, o grupo português Vila Galé, continua sendo o único interessado no imóvel. A SETUR ressalta que, embora o grupo português tenha sido o primeiro a manifestar interesse (o Vila Galé chegou a elaborar, em parceria com o governo, em 2019, um estudo de viabilidade técnica para implantação de um hotel no palácio) isso não o coloca em vantagem junto a outros possíveis interessados. "Este estudo pertence ao Governo do Estado", diz na nota. A proposta dos portugueses é fazer a revitalização do imóvel e construir três novos prédios anexos.

DIVULGAÇÃO



Itamar Vieira Júnior

Novidade

Dono dos principais prêmios de literatura do ano passado pelo romance Torto Arado, o escritor baiano Itamar Vieira Júnior já está com uma nova obra no prelo. Doramar ou A Odisseia será lançado em junho próximo pela editora Todavia. Neste novo livro, o autor incluiu escritos inéditos, além de parte dos textos publicados em A Oração do Carrasco (2017), finalista do Prêmio Jabuti em 2018.

Premiação

E por falar em literatura, foi dada a largada para a nova edição do Prêmio Jabuti, o mais importante do país. A 63ª edição da premiação promovida pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), que será lançada para a imprensa nesta sexta-feira, vai homenagear o escritor Ignácio de Loyola Brandão, escolhido pela equipe de curadores capitaneada pelo editor pernambucano Marcos Marconilo. "Este convite salva a minha vida, reconhece a minha obra e justifica a minha história", celebrou Loyola.

DIVULGAÇÃO



Gilberto Gil

Bastidores

Enquanto o imortal Ignácio de Loyola Brandão se mantém firme na cadeira de número 11 da Academia Brasileira de Letras, alguns articuladores, incluindo membros da ABL, trabalham nos bastidores para colocar num dos três assentos vagos, o cantor e compositor Gilberto Gil. De acordo com o jornal O Globo, tem muita gente grávida no páreo.

Memória

O ZUMVÍ – Arquivo Afro Fotográfico, que registra há cerca de 30 anos as manifestações do movimento negro e o cotidiano dos afrodescendentes em diversas temáticas e contextos populares, lança, no próximo dia 13, o site www.zumvi.com.br e a exposição virtual Memórias de Resistências Negras, com 55 imagens que trazem oito temas de importantes momentos da história e trajetórias do movimento.

FERNANDO TORQUATTO



Margareth Menezes

DIVULGAÇÃO



Marcelo Jeneci

Mercado virtual

O Mercado IAÔ vai se conectar com seu público através de uma edição online. O evento acontece entre os dias 15 e 16 de maio, às 17 horas, com transmissão pelo canal Mercado Iaô Oficial no YouTube. No sábado (15), Margareth Menezes comanda a primeira versão digital do evento, que contará com as participações da banda Gílsons, Guedez, Maya e Damares Teçã. Já no domingo, Marcelo Jeneci vai dividir o palco com a Banda Lambreta, Gravnave e Fatel.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● Existe uma pequena minoria que, por motivos escusos, pessoais e inconfessáveis, não deseja a votação. Mas a grande maioria do povo torce e tem pressa na aprovação da prisão em segunda instância

Arthur Maia

Deputado federal pelo DEM da Bahia

Na casa do inimigo

Donos de concessionárias da Ford em todo o país preparam uma ofensiva conjunta contra a montadora na Justiça dos EUA, em busca de reparação financeira por prejuízos causados pelo encerramento da produção de veículos da marca no Brasil. O grupo é formado por grandes e médias revendedoras de automóveis e produtos da montadora em diversos estados, incluindo a Bahia. Convictos de que a briga nos tribunais brasileiros se arrastaria anos a fio, os empresários decidiram travar o duelo em solo americano, onde disputas comerciais milionárias costumam andar com muita rapidez na Justiça local.

TROPA MONTADA

Segundo apurou a Satélite, as concessionárias escalaram advogados americanos especializados em batalhas jurídicas dessa natureza. Parte das mais de 280 revendas alega que a Ford parou de fabricar veículos no país sem aviso prévio, mesmo após investimentos das empresas que integram a rede da companhia no Brasil. A queixa abrange ainda o valor oferecido pela Ford a título de indenização, considerado irrisório.

Segue o fluxo

Atentos ao conflito entre os revendedores e a Ford, conselheiros do governador Rui Costa (PT) no alto escalão do Palácio de Ondina tentam convencer o petista a trilhar caminho idêntico. Avaliam que a ação nos EUA é a melhor forma de obter a recompensa que considera justa pela quebra no contrato com o estado, especialmente, perdas na arrecadação direta e indireta, além da área doada para a Ford em Camaçari. Ao mesmo tempo, alertam que a companhia negocia com o governo em banho-maria para reduzir o montante ou forçá-lo a ingressar na Justiça brasileira. Por isso, sugerem a Rui que recuse proposta de valor menor e leve o caso às cortes americanas.

Maré contrária

O Gaeco, grupo do Ministério Público do Estado (MP) voltado a combater organizações criminosas, enfrenta resistência para que o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ) conceda domicílio ao advogado Marco Aurélio Fortuna Dórea, preso desde setembro pela Operação Inventário. Ligado ao esquema de fraudes na Vara de Família da capital, Dórea fechou delação e começou a detalhar o que sabe sobre venda de sentenças no TJ. Para o Gaeco, a domiciliar ajudaria o delator a fornecer novas provas, mas o pedido foi sucessivamente negado.

Tempo nublado

Parlamentares experientes da bancada baiana no Congresso preveem dias difíceis para o presidente Jair Bolsonaro na CPI da Covid. A estimativa tem como pano de fundo as últimas decisões do Supremo sobre a comissão e os recentes movimentos de líderes do centrão nos corredores da Câmara e do Senado. Em especial, as costuras feitas longe dos olhos por caciques do PP, PSD e PL, em jogo combinado com fatias do MDB, DEM, PSDB e PSL.

Outra rota

Políticos simpáticos à candidatura do ex-ministro Ciro Gomes acham que o pedetista erra na tática de se firmar como anti-bolsonaro. Em suma, tal posto já é do PT e seria mais eficaz se colocar como único capaz de impedir a vitória do ex-presidente Lula e de Bolsonaro.

PROTEGE
VOCÊ,
PROTEGE
OS OUTROS.

MESMO APÓS TOMAR
A VACINA USE MÁSCARA,
ÁLCOOL EM GEL E MANTENHA
O DISTÂNCIAMENTO SOCIAL.



UMA CAMPANHA PARA TODOS.

ESTADÃO

FOLHA100

UOL

tvglobos

NEWS

G1

O GLOBO

EXTRA

APOIO:

TV BAHIA

Mais*

PFIZER/BIONTECH SE JUNTA A OXFORD/ASTRAZENECA E CORONAVAC COMO OPÇÕES PARA OS SOTEROPOLITANOS



Vacinas da Pfizer/BioNTech chegaram ontem em Salvador. Ao todo, foram 26,9 mil doses para a cidade

Mais uma opção de vacina na capital

Gil Santos

REPORTAGEM
gilvan.santos@redebahia.com.br

A partir de hoje, Salvador passa a contar com três vacinas para enfrentar a pandemia de covid-19. Além dos imunizantes de Oxford/Astrazeneca e da CoronaVac, a Pfizer/BioNTech entrou na lista. As primeiras 26.910 doses chegaram à Bahia na tarde de ontem. Pela manhã, outras 405 mil ampolas de Oxford desembarcaram no Grupoamento Aéreo da Polícia Militar da Bahia (Graer).

Nesse momento, elas serão usadas para proteger pessoas que têm comorbidades. A coordenadora do programa de imunização da Bahia, Vânia Rebouças, acompanhou o de-

Covid-19

Bahia recebe 1º lote com imunizantes da Pfizer; todas as doses ficam em Salvador

sembarque e contou que a distribuição para os municípios começou ontem mesmo. Caminhões foram usados para levar as vacinas até as cidades mais próximas e cinco aviões para as mais distantes.

“A partir desta semana estamos atendendo o grupo de pessoas portadoras de doenças crônicas. É importante lembrar que essas pessoas são prioridade e que nós vamos fazer a vacinação por ordem regressiva de idade, começando por pessoas com 59 e 58 anos, e seguindo em ordem decrescente”, disse.

Salvador terá 50.050 das 405 mil doses do imunizante de Oxford, e toda a Região Metropolitana vai ficar com 79.500. Mas a maior expectativa é para a aplicação da nova vacina: Comirnaty, produzida pela Pfizer/BioNTech.

Sete meses depois de ser colocada à disposição do Brasil, a vacina da Pfizer chegou à Bahia. As 26 mil doses entregues ontem serão destinadas exclusivamente para Salvador, conforme orientação do Ministério

da Saúde, que determinou que o primeiro lote do imunizante seja entregue só para as capitais.

Segundo a Pfizer, o contrato com a União estabelece a entrega de 100 milhões de vacinas até setembro. A primeira remessa, com 1 milhão de doses, foi entregue ao Governo Federal na quinta-feira passada. Elas foram produzidas na fábrica da Pfizer em Puurs, na Bélgica. “A empresa está trabalhando junto ao Ministério da Saúde nas etapas necessárias para que a entrega das doses seja realizada conforme o cronograma”, explicou a Pfizer, em nota.

O registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autoriza a aplicação em pessoas a partir dos 16 anos, em duas doses. A eficácia global é de 95%, incluindo análise em diferentes grupos étnicos e pacientes com condições clínicas de risco, e de 94% em indivíduos acima de 65 anos.

O Brasil foi um dos países que participaram da fase 3 do estudo clínico da vacina. Foram 2,9 mil voluntários e os trabalhos foram conduzidos pelas Obras Assistenciais Irmã Dulce (Osid), em Salvador, e pelo Centro Paulista de Investigação Clínica (Cepic), em São Paulo.

MUDANÇAS

A Pfizer tem uma logística diferenciada em relação às outras vacinas entregues pelo Ministério da Saúde. Segundo a empresa, a vacina pode ser armazenada a temperatura -90°C a -60°C por até 6 meses, entre -25°C e -15°C por um período único de duas semanas e em temperatura de refrigerador entre 2°C a 8°C por 5 dias. Atualmente, o Governo do Estado tem 30 ultracongeladores, em nove centros de distribuição (veja abaixo), que conseguem atender essa demanda.

“Essa será a primeira vez que vamos trabalhar com uma vacina que requer temperaturas ultranegativas. As outras, a CoronaVac e a Oxford, têm temperatura de armazenamento de 2°C a 8°C positivos. A Pfizer tem uma necessidade de acondicionamento diferente por conta de sua plataforma de produção. Ela vai chegar para a gente em uma temperatura ultranegativa, podendo permanecer por 14 dias, e no momento em que a colocamos de 2°C a 8°C, nas salas de vacinação, só teremos cinco dias para usá-las”, contou Rebouças.

Na hora da aplicação é preciso misturar o líquido com um insumo, procedimento similar ao da benzetacil, para depois injetar a agulha no paciente. O tempo recomendado pelo fabricante entre a primeira e a segunda dose é de 21 dias, mas o Ministério da Saúde resolveu alterar o prazo para 12 semanas para imunizar um maior número de pessoas (veja box ao lado).

CORONAVAC EM FALTA

Para a população, a chegada das novas doses representa um alívio. Na semana passada, a Prefeitura de Salvador informou que o estoque para aplicar a segunda dose da CoronaVac está em baixa devido à escassez de repasses do Ministério da Saúde. A estimativa da Secretaria Municipal de Saúde é de que 36 mil pessoas estão sendo prejudicadas pelo atraso.

SAIBA MAIS

● **Intervalo**
Em janeiro, a Pfizer/BioNTech afirmou que só pode garantir a eficácia da vacina se ela for dada com 21 dias de espaçamento entre as doses. Para justificar a orientação de 12 semanas, o Ministério da Saúde do Brasil informou que adotou o mesmo intervalo do Reino Unido, que ampliou o prazo com base em estudos que constataram que o imunizante confere 80% de eficácia em hospitalizações com só uma dose.

● **Nova compra**
O ministro da saúde, Marcelo Queiroga, afirmou que o Brasil está “na iminência” de fechar um novo contrato de mais 100 milhões de doses da vacina Pfizer. Com isso, o país teria, no total, 200 milhões de doses da empresa, o suficiente para imunizar metade da população. As vacinas chegariam no 2º semestre.

Estado possui 30 ultracongeladores

Apesar do Ministério da Saúde só liberar a vacina da Pfizer/BioNTech para as capitais brasileiras nesse primeiro momento, a Bahia já conta com 30 ultracongeladores em nove cidades polo de acordo com a Secretaria de Saúde do Estado (Sesab).

A distribuição dos equipamentos entre diversas localidades é comemorada pelo governo, já que muitos estados concentram a infraes-

trutura só na capital, impossibilitando a imunização no interior em virtude das cidades não terem freezers que cheguem até -86°C.

“Isso é fruto de planejamento. Licitemos 100 ultracongeladores para armazenar as vacinas de RNA e, inicialmente, foram distribuídos 30 para as nove macrorregiões de saúde, cada um com capacidade de 368 litros”, afirmou o secretário

da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas.

Os ultracongeladores estão localizados nos municípios de Feira de Santana (5), Juazeiro (3), Jacobina (2), Ilhéus (4), Teixeira de Freitas (2), Barreiras (3), Alagoinhas (1), Vitória da Conquista (5) e na Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (5), em Simões Filho, mas que atende toda a Região Metropolitana de Salvador.



Nove cidades baianas contam com freezers especiais para imunizantes

DIVULGAÇÃO / SESAB

STF: cobrança por crédito não utilizado é inconstitucional

CHEQUE ESPECIAL O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou ontem inconstitucional a cobrança de tarifa sobre o cheque especial não utilizado. A decisão foi tomada por unanimidade e derruba em definitivo dispositivo de uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central que autorizava bancos a cobrar tarifa pela mera disponibilização de cheque especial aos correntistas, mesmo que o crédito não seja usado. Isso porque, a regra estava suspensa desde o ano passado.

Segundo o GI, pelas normas, quem tivesse mais de R\$ 500 de limite no cheque especial teria de pagar até 0,25% sobre o valor excedente. Até então, não havia limite para a ta-

●● Ou o serviço em si é cobrado, independentemente de quem seja mutuário, ou não pode ser cobrado apenas de parcela dos consumidores
Gilmar Mendes
ministro do STF

xa do cheque especial – os bancos só eram remunerados quando os clientes de fato faziam uso da modalidade.

Os ministros julgaram uma ação apresentada pelo Podemos, que argumentou que as novas regras estabelecidas pelo BC violavam seis artigos da Constituição.

"Ao possibilitar que as instituições financeiras cobrem tarifas de serviços pela disponibilização de crédito ainda que não utilizado pelo consumidor, cria-se uma construção inadmissível da liberdade de escolha do cidadão, que se vê forçado a pagar por serviços que não usa", afirmou o partido no pedido ao STF.

Em julgamento no plenário virtual, os ministros seguiram o voto do relator, ministro Gilmar Mendes. Ele

entendeu que essa taxa precisava ter sido criada por meio de uma lei, sendo que a cobrança teria característica de tributo. Mendes ainda criticou o fato de a resolução só atingir pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEI), sem incidir sobre as empresas, o que, para ele, é uma medida intervencionista e anti-isonômica. "Ou o serviço em si é cobrado, independentemente de quem seja mutuário, ou não pode ser cobrado apenas de parcela dos consumidores, tendo em vista que, na sociedade atual, o dinheiro e o tempo são cada vez mais escassos e valiosos", afirmou.

O CNM defendia que a mudança no cheque especial tornava a modalidade de crédito mais eficiente, estabelecendo um limite para a taxa de juros.

Banco do Brasil anuncia renúncia de mais dois vice-presidentes

MUDANÇAS O Banco do Brasil informou ontem que Carlos Bonetti, vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos, e Bernardo de Azevedo Silva Rothe, vice-presidente de Negócios de Atacado, renunciaram aos respectivos cargos. A saída ocorre cerca de um mês depois da posse do novo

presidente, Fausto Ribeiro.

Segundo o site GI, o banco justifica as renúncias pelo fato de que eles vão se aposentar e por isso deixarão os cargos a partir do dia 17. Essa é a segunda leva de mudanças na diretoria do BB desde que Fausto de Andrade Ribeiro assumiu o comando da instituição, no

início do mês passado depois que ex-presidente André Brandão.

O vice-presidente Financeiro, Carlos da Costa André, já havia sido substituído por José Ricardo Fagonde Forni, e o vice-presidente Corporativo, Mauro Ribeiro Neto, foi trocado por Ênio Mathias Ferreira.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,4178	R\$ 5,4188
Dólar Turismo	R\$ 5,3870	R\$ 5,5830
Euro turismo	R\$ 6,4500	R\$ 6,7530

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	119.209,48	+ 0,27%

POUPANÇA

04/05/2021	0,1159%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,10%

BALANÇA COMERCIAL

10,3BI

de dólares é o superávit da balança comercial brasileira em abril. O valor é o maior saldo mensal em 33 anos. O resultado é atribuído à alta do preço minério de ferro exportado pelo país.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

CPI faz o governo desdizer o que disse

A CPI da Covid já está contribuindo com o país. É a primeira vez em um ano e dois meses que o governo Bolsonaro recua e começa a tomar decisões na direção oposta a que tomava antes, como os anúncios feitos ontem pelo ministro Marcelo Queiroga sobre a vacina, testagem e quarentena. Enquanto acontecem os depoimentos e a investigação, o governo tentará todo o tipo de manobra diversionista, claro, mas pela primeira vez procura o tom mais adequado, mesmo que isso signifique tentar apagar o que fez e desdizer o que disse. Como é da natureza deste governo, ele continua revelando sua face autoritária. O próprio Queiroga mostrou quem é, quando atacou a imprensa.

O problema da CPI será organizar o volume excessivo de provas de que o presidente Jair Bolsonaro liderou uma política criminosa nesta pandemia. Ele promoveu nesta aglomeração, estimulou tanto as pessoas a desrespeitarem as normas sanitárias, inclusive a mais óbvia delas, que é o uso de máscara, combateu tanto as vacinas, que o conjunto da obra revela mais do que incompetência. É crime mesmo. Bolsonaro acredita na

tese da "imunidade de rebanho" e por isso estimulou a exposição máxima ao vírus, achando que assim rapidamente se livraria do vírus. Isso independentemente do número de mortes.

A CPI não vai mudar Bolsonaro. Ele continuará sendo o governante irresponsável de sempre, mas vai reduzir seu espaço de manobra. O governo estava expondo os brasileiros à morte sem sofrer qualquer ameaça por isso. O presidente que falou das cláusulas draconianas da Pfizer, que disse certa vez que a coronavac provocava "deformações", entre outros absurdos, e mandou comprar vacinas "na casa da mãe", está agora fechando acordos com a Pfizer e tentando capitalizar os números de imunizados. O governo que gastou milhões produ-

zindo e estimulando o uso de cloquinha agora tenta levar médicos à CPI que defendam o remédio comprovadamente ineficaz. Prova do medo da CPI é o cursinho de fim de semana no Planalto feito pelo general Pazuello e os requerimentos dos governistas que foram redigidos na própria presidência.

Enquanto se mostra acuado e organiza sua estratégia, o governo tenta criar focos de atenção em outras áreas. Uma delas é atacar a democracia. Quando os bolsonaros e seu séquito querem criar outra área de atenção, eles ameaçam as instituições. Foi o que fez neste fim de semana o deputado Eduardo Bolsonaro ao ir para a manifestação no sábado e no domingo tuitar em defesa da dissolução da Suprema Corte em El Salva-

dor. E também o que levou Bolsonaro a requisitar helicóptero da Força Aérea para sobrevoar a manifestação de Brasília. Quando os bolsonaros ameaçam as instituições é isso mesmo que eles querem dizer, mas ao mesmo tempo ajudam a criar mais um foco de atenção. Já fizeram isso tantas vezes que é um truque manjado.

Investigar o que foi feito pelo governo, principalmente na gestão do general Eduardo Pazuello, pode ser o caminho para que os criminosos paguem pelo crime, mas pode ser também uma forma de salvar vidas, porque o governo não cometerá os mesmos erros com igual desentendimento. Hoje, já é mais difícil ver uma cena em que um humilhado general diz "ele manda e eu obedeço", ou de retirar a assinatura

em contrato de compra de vacina como ocorreu com o Instituto Butantan no ano passado.

O governo agora jogará na defensiva. Tentará provar que não fez o que fez, não disse o que disse. Vai usar os órgãos públicos, como a Polícia Federal, para seus objetivos. E fazendo isso estará de novo produzido provas contra si mesmo. A tropa de choque vai criar as confusões que já produziu, sem sucesso, na semana passada. O governo argumentará que os números de mortos não são tantos assim, fazendo comparações esdrúxulas. É mais fácil comunicar que o número de mais de 400 mil mortos é inaceitável, do que tentar fugir dessa verdade com relativismos que só exibem a insensibilidade dos governistas. Com que cara ficará um senador que disser que 400 mil não são tantos assim?

A tese do ministro Paulo Guedes é também absurda. Ele disse que a CPI era "subir em cadáveres para fazer política". Não. Foi o governo, ao jogar com a vida humana, estimulando o contágio, que foi responsável por tantos mortos. Esse é o fato determinado, os nossos mortos por ação ou omissão do governo federal.

Tribuna

Rui cobra mais proatividade da Anvisa para análise da Sputnik

EQUIPE DE POLÍTICA

O governador da Bahia, Rui Costa, defendeu mais proatividade da Agência Brasileira de Vigilância Sanitária (Anvisa) com relação à análise da vacina russa Sputnik V. O petista sugeriu que a agência brasileira realizasse testes ou buscasse informações técnicas nos mais de 60 países que já aprovaram a aplicação do imunizante em sua população, a exemplo da Argentina e do México. O gestor disse que, caso fosse autorizado, vacinaria a população baiana com a Sputnik, incluindo ele mes-

mo e sua família.

"Não conseguimos entender, lá no ano passado, início da pandemia, quais foram os padrões científicos que a Anvisa usou para entrar na Justiça para impedir estados e municípios de monitorar quem possivelmente estivesse contaminado, nos aeroportos, medindo a temperatura e oferecendo teste de Covid. Me pareceu à época um parâmetro muito mais de defesa da corporação que um padrão técnico", disse, em entrevista à GloboNews.

"Eu não sou cientista, mas assisti agora um vídeo da Comitê Nacional de Biossegurança que legitima o uso da vacina. E um órgão federal, responsável

por biossegurança no Brasil. O que espero da Anvisa é que teste a vacina para ver se temo vírus replicante, como eles disseram. Queremos que tenha boa vontade para analisar. Mais de 20 milhões de pessoas já tomaram essa vacina, alguém iria reportar se algum fato importante tivesse acontecido", argumentou.

O governador destacou como atitude acertada o fato de a Anvisa não suspender o uso da Aztrazeneca, como muitos países europeus fizeram, pelo risco de trombozes. "Concordo com agência que os benefícios nesse caso são muito maiores que os riscos". Questionado sobre críticas à transparência do fabricante rus-



O GOVERNADOR da Bahia, Rui Costa, defendeu mais proatividade da Agência Brasileira de Vigilância Sanitária (Anvisa) com relação à análise da vacina russa Sputnik V

so da vacina, Rui cobrou maior proatividade da Anvisa, como buscar informações com os países que já usam o imunizante. "Desde cedo aprendi um ditado: quem quer fazer arruma um jeito, quem não quer, arruma desculpa", lembrando que só houve votação da Anvisa recente sobre apro-

vação da vacina porque o Supremo Tribunal Federal determinou.

"Se não fosse isso, até hoje não teríamos uma opinião pública da agência sobre a vacina.

Ainda sobre os critérios técnicos da Anvisa que diz seguir os principais países da Europa e Estados Uni-

dos, Rui ressaltou que, hoje, 80% dos defensivos agrícolas aprovados pela agência no país foram proibidos ou banidos pela FDA (Food and Drug Administration), entidade americana correspondente. "Então, que tal aprovar os padrões do DFA para o uso de defensivos agrícolas também?", questionou.

Tribuna

Bahia recebe 1º lote com mais de 26 mil doses da Pfizer

As primeiras 26.910 doses da vacina da Pfizer contra a covid-19 chegaram à Bahia na tarde desta segunda-feira (3). Do galpão do Grupamento Aéreo da Polícia Militar da Bahia (Graer), as unidades serão distribuídas exclusivamente em Salvador. Também nesta segunda-feira (3), na parte da manhã, a Bahia já havia recebido mais 405 mil unidades da Fiocruz/Oxford/AstraZeneca, destinadas à aplicação da segunda dose em todos os municípios baianos.

Segundo o secretário da Saúde do Estado, Fábio Villas-Boas, a vacina da Pfizer é a que possui maior eficácia protetora hoje no mundo. "Uma vacina que, por um lado, protege mais, pois até com uma única dose ela já garante 80% de proteção. Mas é uma vacina que não pode ser utilizada em pessoas com alergias muito fortes, de modo geral as pessoas chamadas atópicas, que têm alergia a medicamentos, a frutos do mar, alergias múlti-

plas e reações severas alérgicas".

O secretário também informou que a previsão do Ministério da Saúde é "já a partir do próximo mês de junho, um quantitativo maior de doses [da Pfizer] seja encaminhado para todo o País. A ideia desse primeiro lote de 1 milhão de doses, fracionado em 500 mil, foi exatamente testar a estrutura da nova cadeia de frio. É uma cadeia de frio diferente da habitual".

A coordenadora do Programa Estadual de Imunização, Vânia Vanden Brouke, explicou que, como a logística para a vacina da Pfizer é diferenciada, a Bahia investiu em equipamentos de refrigeração para manter as doses em temperaturas ultra negativas. "Nós já fizemos aquisição e a distribuição de 30 ultracongeladores aqui para o Estado da Bahia e também para câmara negativa na nossa Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos".

Veículo: Gov Bahia	
Data: 03/05/2021	



Bahia recebe primeiro lote de vacinas da Pfizer e mais 405 mil doses da AstraZeneca

3 maio 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

As primeiras 26.910 doses da vacina da Pfizer contra a covid-19 chegaram à Bahia na tarde desta segunda-feira (3). Do galpão do Grupamento Aéreo da Polícia Militar da Bahia (Graer), as unidades serão distribuídas exclusivamente em Salvador. Também nesta segunda-feira (3), na parte da manhã, a Bahia já havia recebido mais 405 mil unidades da Fiocruz/Oxford/AstraZeneca, destinadas à aplicação da segunda dose em todos os municípios baianos.

Segundo o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, a vacina da Pfizer é a que possui maior eficácia protetora hoje no mundo. “Uma vacina que, por um lado, protege mais, pois até com uma única dose ela já garante 80% de proteção. Mas é uma vacina que não pode ser utilizada em pessoas com alergias muito fortes, de modo geral as pessoas chamadas atópicas, que têm alergia a medicamentos, a frutos do mar, alergias múltiplas e reações severas alérgicas”.

O secretário também informou que a previsão do Ministério da Saúde é “já a partir do próximo mês de junho, um quantitativo maior de doses [da Pfizer] seja encaminhado para todo o País. A ideia desse primeiro lote de 1 milhão de doses, fracionado em 500 mil, foi exatamente testar a estrutura da nova cadeia de frio. É uma cadeia de frio diferente da habitual”.



Foto: Carol Garcia/GOVBA

A coordenadora do Programa Estadual de Imunização, Vânia Vanden Brouke, explicou que, como a logística para a vacina da Pfizer é diferenciada, a Bahia investiu em equipamentos de refrigeração para manter as doses em temperaturas ultra negativas. “Nós já fizemos aquisição e a distribuição de 30

ultracongeladores aqui para o Estado da Bahia e também para câmara negativa na nossa Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos”.

Ultracongeladores

A Bahia possui 30 ultracongeladores em nove cidades polo, com capacidade para armazenar as vacinas da Pfizer. Esta é uma realidade diferente de outros estados, que concentram a infraestrutura apenas na capital, impossibilitando a imunização no interior em virtude de não terem equipamentos que chegam a temperaturas de até -86°C.

Os equipamentos estão localizados nos municípios de Feira de Santana (5), Juazeiro (3), Jacobina (2), Ilhéus (4), Teixeira de Freitas (2), Barreiras (3), Alagoinhas (1), Vitória da Conquista (5) e na Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (5), em Simões Filho, mas que atende toda a Região Metropolitana de Salvador.



Foto: Carol Garcia/GOVBA

Vacinação

De acordo com a coordenadora do Programa Estadual de Imunização, a Bahia está se sobressaindo na vacinação. “Temos tido uma posição de destaque no número de doses aplicadas em relação ao número de doses distribuídas. A gente está sempre se mantendo entre os cinco primeiros estados nessa proporção. A Bahia vem acelerando seu processo de vacinação, e a gente agradece a parceria de todas as secretarias municipais de Saúde”, finalizou Vânia Vanden Brouke.

Repórter: Raul Rodrigues

Veículo: Gov Bahia	
Data: 03/05/2021	



Bahia possui 30 ultracongeladores para armazenamento das vacinas da Pfizer

3 maio 2021



A Bahia possui 30 ultracongeladores em nove cidades polo, com capacidade para armazenar as vacinas da Pfizer que serão enviadas pelo Ministério da Saúde a partir de 3 de maio. Esta é uma realidade bem diferente de outros estados, que concentram a infraestrutura apenas na capital, impossibilitando a imunização no interior em virtude de não terem equipamentos que chegam a temperaturas de até -86°C .

Os equipamentos estão localizados nos municípios de Feira de Santana (5), Juazeiro (3), Jacobina (2), Ilhéus (4), Teixeira de Freitas (2), Barreiras (3), Alagoinhas (1), Vitória da Conquista (5) e na Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (5), em Simões Filho, mas que atende toda a Região Metropolitana de Salvador (RMS).

De acordo com o secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, “isso é fruto de planejamento. Licitamos 100 ultracongeladores para armazenar as vacinas de RNA e, inicialmente, foram distribuídos 30 para as nove macrorregiões de saúde, cada um com capacidade de 368 litros”, afirmou Vilas-Boas.

Um documento oficial do Ministério da Saúde indica que a Pfizer entregará 1.000.350 doses a serem distribuídas a partir do mês de maio para as 27 unidades federadas, porém, há indicativo que só cheguem doses para as capitais.

Fonte: Ascom/Secretaria da Saúde do Estado (Sesab)

Argentina arrecada mais de US\$ 2 bilhões com imposto sobre a riqueza



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: AFP

O governo da Argentina informou, nesta segunda-feira 3, que arrecadou mais de 2 bilhões de dólares com um extraordinário imposto sobre a riqueza, destinado a fazer face aos gastos com a pandemia do novo coronavírus.

A **arrecadação** com o tributo, promovida pelo governo de Alberto Fernández, chegou a 223 bilhões de pesos (cerca de 2,252 bilhões de dólares no câmbio atual), segundo a entidade arrecadadora, AFIP.

A chefe da AFIP, Mercedes Marcó del Pont, indicou que 'os recursos gerados serão essenciais para enfrentar as emergências sanitárias e econômicas impostas pela pandemia'.

Cerca de três mil pessoas inadimplentes agora estão sujeitas ao controle da entidade. Desse grupo, apenas cerca de duzentas recorreram à proteção judicial para não pagar o valor.

Entre os que se recusaram a pagar o imposto estão alguns dos mais conhecidos magnatas do país e o jogador Carlos Tevez, do Boca Juniors. Eles entraram com uma ação na Justiça.

A chamada 'Contribuição Solidária' foi aprovada em dezembro pelo Congresso com uma alíquota de pelo menos 2% aos patrimônios que excedam 200 milhões de pesos (cerca de 2 milhões de dólares), a serem pagos uma única vez.

As porcentagens vão sendo escalonadas à medida que aumenta o patrimônio, até estabelecer 3,5% para quem passa de 3 bilhões de pesos (30 milhões de dólares), pagos uma única vez.

O destino dos recursos se divide entre despesas com saúde por causa da pandemia, bolsas de estudo e subsídios para apoiar pequenos negócios em crise e seus trabalhadores, entre outros fins.

Com uma população de 45,4 milhões de habitantes, a Argentina ultrapassou os três milhões de casos de Covid-19, com mais de 64 mil mortes.

Um minuto, por favor...

Obrigado por ter chegado até aqui. Combater a desinformação, as mentiras e os ataques às instituições custa tempo e dinheiro. Nós, da CartaCapital, temos o compromisso diário de levar até os leitores um jornalismo crítico, alicerçado em dados e fontes confiáveis. Acreditamos que este seja o melhor antídoto contra as fake news e o extremismo que ameaçam a liberdade e a democracia.

Se você acredita no nosso trabalho, junte-se a nós. Apoie, da maneira que puder. Ou assine e tenha acesso ao conteúdo integral de CartaCapital!

Assine a CartaCapital

ou, se preferir,

Faça uma Doação

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação



Quais as dificuldades para realizar uma reforma tributária simplificadora no Brasil?

Segundo Adam Smith, cada cidadão deve ser tributado 'proporcionalmente às suas respectivas capacidades', mas, por aqui, ainda discutimos o óbvio

Rodrigo K. Spada e Jefferson Valentin*, O Estado de S.Paulo

04 de maio de 2021 | 04h00

É necessário que todo imposto seja planejado de tal modo que as pessoas paguem ou desembolsem o mínimo possível além do que se recolhe ao tesouro público do Estado.” **Adam Smith** publicou essa máxima em 1776, que repetida por Ricardo e Stuart Mill, entre outros, ganhou uma obviedade tal que não há, hoje, voz que contra ela se levante.

Mas no **Brasil** atual, quase 250 anos depois, ainda é tempo de discutir o óbvio.

A necessidade de redução do tamanho do Estado, convicção que sempre esteve presente por aqui, intensificada nos últimos anos, encontra, na prática, duas formas de se viabilizar: deixar de prestar determinado serviço público ou prestar o serviço público com maior eficiência, otimizando os recursos disponíveis. Por se tratar de atividade incontestavelmente essencial ao Estado, o Fisco só pode dispor da segunda opção.

Quando se discute **reforma tributária**, muito se ouve sobre a necessidade de redução dos custos de compliance para que se possa aumentar a competitividade das empresas, custos esses majorados pela complexidade das normas tributárias no Brasil. Mas pouco se discute sobre o custo que tem o Estado (o contribuinte) para manter o enforcement compatível com esse nível de complexidade e o quanto isso dificulta a tarefa do Fisco na prestação dos serviços que lhe são pertinentes: garantir arrecadação, combater a sonegação, evitar a concorrência desleal, etc.

Pouco se discute, ainda, sobre a possibilidade da adoção de medidas de enforcement que levariam a um maior nível de conformidade de todos. Algumas medidas poderiam ser discutidas, tais como: endurecimento da pena para sonegação fiscal; execução fiscal administrativa; redução de níveis de contencioso (administrativo e judicial), criação de instrumentos mais eficientes de combate à fraude estruturada, como, por exemplo, whistleblower (cidadão que faz denúncia de ilícitos tributários e recebe um percentual dos valores recuperados), entre outras, certamente resultariam numa resposta social no sentido da conformidade e, conseqüentemente, na necessidade de um aparato estatal menor, com custo menor para a sociedade.

Há poucos dias foi divulgada uma carta aberta assinada pelos representantes das Administrações Tributárias dos Estados – Comsefaz, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), além de organizações da academia e da sociedade civil, para tentar convencer o **Congresso Nacional**, mas, sobretudo, o setor privado, a lutar por uma reforma tributária que traga simplificação para a matriz tributária brasileira, o que resultaria, sem sobra de dúvidas, em redução dos custos de compliance tanto para o setor produtivo quanto para os governos em geral.

Mas, se os próprios Estados e municípios, outrora tão refratários, e os próprios servidores públicos, operadores da máquina arrecadatória, clamam por uma reforma tributária simplificadora, por que ela simplesmente não acontece?

Simplesmente porque o tão propagado “manicômio tributário” não é prejudicial a todos. Há muitos setores econômicos que são extremamente beneficiados por esta complexidade e pela conseqüente ineficiência do aparato estatal. Essa complexidade permite esconder todo tipo de privilégio fiscal que, por sua vez, contraria outro princípio escrito por Adam Smith, o da capacidade contributiva, que diz que cada um deve ser tributado “proporcionalmente às suas respectivas capacidades”.

A atual organização tributária é, antes de tudo, resultado da cooptação do Estado por setores do poder econômico que, nas palavras do filósofo britânico, são “classes de homens cujo interesse nunca coincide exatamente com o público”.

***SÃO, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS (FEBRAFITE) E AGENTE FISCAL DE RENDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 04/04/2021	Caderno: Economia



Relatório da reforma tributária é apresentado sob pressão de fatiamento e inclusão de Refis

Aliados do relator esperam uma única PEC unificando os cinco tributos, começando pela fusão de PIS e Cofins; já o presidente da Câmara quer uma reforma em quatro fases – incluindo amplo programa para renegociar débitos tributários de empresas

Idiana Tomazelli e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

03 de maio de 2021 | 16h55

Atualizado 03 de maio de 2021 | 20h48

BRASÍLIA - Um ano após a criação da comissão mista da **reforma tributária**, o relator da proposta, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, apresenta seu parecer sob pressão. De um lado, o presidente da Câmara, **Arthur Lira**, e a equipe econômica desejam o fatiamento da reforma em quatro etapas. De outro, lideranças do Congresso são contra a repartição do texto e querem uma proposta de alcance amplo, incluindo Estados e municípios.

Segundo apurou o **Estadão/Broadcast**, Aguinaldo Ribeiro estava inclinado a manter em seu parecer a linha que já vinha sido defendida pelo deputado, de unificação de PIS/Cofins, IPI (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal), mas intensificou nos últimos dias conversas com parlamentares e integrantes do governo para decidir o desenho final de seu texto – que continuou passando por ajustes nesta segunda-feira, 3.

Aliados de Aguinaldo esperam uma única Proposta de Emenda à Constituição (PEC) unificando os cinco tributos, começando pela fusão de PIS e Cofins nos dois primeiros anos.

Lira, por sua vez, quer uma reforma tributária em quatro fases – uma delas incluindo um amplo Refis para renegociar débitos tributários de empresas. A divisão se mostra

alinhada ao desenho inicial pensado pelo ministro da **Economia, Paulo Guedes**, que tem dito haver risco de alta na carga tributária em caso de aprovação da PEC mais ampla.

No fatiamento defendido por Lira, cada parte teria um relator distinto, e o próprio deputado Aguinaldo Ribeiro poderia ficar responsável por uma das fatias.

A primeira parte seria composta pela criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em substituição a PIS e Cofins – proposta que já foi enviada pelo time de Guedes –, a redução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) aliada ao fim da isenção de lucros e dividendos da pessoa física, além da tributação sobre fundos exclusivos de investimentos.

A segunda fase defendida por Lira seria a reformulação do IPI, com um imposto seletivo sobre determinados bens. Já a terceira parte seria o chamado “passaporte tributário”, um Refis amplo para renegociação de dívidas tributárias. Segundo apurou o **Estadão/Broadcast**, a ideia é conceder descontos de até 90% em multas e juros, mas exigir o pagamento à vista da dívida. Esse desenho evitaria a inadimplência recorrente de empresas que ingressam nesses programas pagando uma pequena entrada e acessam longos parcelamentos, apenas para postergar o acerto de contas com a Receita Federal.

A última etapa seria a criação do imposto sobre transações digitais, nos mesmos moldes da antiga CPMF. No domingo, em entrevista ao programa Canal Livre, da Band, Lira disse que a proposta não configura uma nova CPMF e que o tema poderia ser deixado por último. A declaração foi vista como um “ensaio” do presidente da Câmara para tentar ampliar a aceitação da medida, que hoje enfrenta resistências no Congresso.

O próprio fatiamento da reforma tributária ainda não é consenso. Na semana passada, Lira defendeu a divisão ao **Estadão/Broadcast** e argumentou que “quando a gente não pode comer um boi inteiro, comemos em parte”.

No entanto, o vice-presidente da comissão mista da reforma, deputado **Hildo Rocha (MDB-MA)**, é contra essa via e diz acreditar que Aguinaldo apresentará o relatório mais abrangente. “Sou contra o fatiamento, ainda mais iniciando por essa proposta do

governo que além de não simplificar aumenta a carga tributária”, disse Rocha. O líder do MDB na Câmara, deputado Isnaldo Bulhões (AL), também é contra o fatiamento. "Acho que isso causaria insegurança jurídica", afirmou.

Nos bastidores, observadores políticos se mostram céticos quanto ao fatiamento e veem nessa “retórica” uma tentativa de agradar a equipe econômica, apesar das baixas chances de avanço da proposta fatiada. Essas fontes lembram que o imposto sobre transação é “mais do que estigmatizado” no Parlamento.

Desentendimento entre Brasil e Argentina paralisa o Mercosul

Desencontros entre os dois maiores países do bloco impedem abertura para maior competição externa

As divergências entre os integrantes do Mercosul transformaram a reunião virtual do dia 26 de março, comemorativa dos 30 anos de existência da união aduaneira, numa oportunidade para reclamações. As divergências se ampliaram na semana passada, com outra reunião tensa entre os ministros da Economia de Brasil e Argentina, Paulo Guedes e Martín Guzmán. Eles trocaram farpas em torno da intenção de Brasil e Uruguai de abrir o bloco a maior competição externa.

Irônico, Guzmán afirmou que a “mão invisível de Adam Smith é invisível porque não existe”. Guedes contra-atacou dizendo que “mais da metade dos Prêmios Nobel em economia foi para economistas da Universidade de Chicago”, símbolo do liberalismo econômico no mundo acadêmico, onde Guedes estudou.

Não se discute que o bloco formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai ganhou peso com o tempo. Mesmo setores ainda fora do acordo, como

a indústria automotiva, funcionam de modo integrado. Mas o tratado nunca evoluiu para a união completa das economias da região, como preconizava a visão original que o inspirou. A principal razão para isso é o protecionismo que mantém intactos mercados sabidamente improdutivos (exemplo citado com frequência é a exclusão do açúcar do acordo, proteção à ineficiente indústria argentina).

Para expor a economia do bloco a maior competição e ganhar produtividade, o governo Bolsonaro sugeriu um corte linear de 10% na Tarifa Externa Comum (TEC). O governo argentino peronista de Alberto Fernández discorda. Protecionista, admite reduções pontuais, mas não um corte linear para todos os produtos. A visão brasileira, que conta com o apoio do presidente do Uruguai, Lacalle Pou, está correta, na medida em que maior abertura comercial seria benéfica para todos, em particular para o Brasil, uma das economias mais fechadas do mundo.

O desentendimento da Argentina com o Brasil tem efeito paralisante e

amplia ainda mais o desafio para a sobrevivência do Mercosul como bloco. Depois da desavença entre Guedes e Guzmán, ficou marcado mais um encontro em 30 dias, com a participação dos ministros de relações exteriores. Poderá ser decisivo.

A bandeira defendida pelo governo brasileiro, e também pelo uruguaio, é que, diante do impasse, haja maior flexibilização para que cada integrante realize acordos bilaterais de livre comércio. O Brasil considera que agir em bloco emperra acordos comerciais, como aconteceu no caso do tratado com a União Europeia.

Ao mesmo tempo, é difícil acreditar que, sozinho, o Brasil tivesse chegado a um entendimento nos mesmos termos com os europeus. Sem falar que, se o acordo está empacado, isso hoje é resultado mais da tolerância brasileira com a devastação da Amazônia do que de qualquer deficiência argentina. Para o Mercosul se modernizar, ficar mais flexível e mais aberto ao mundo, os dois países precisam, primeiro, eles mesmos entrar em acordo.

Erro do governo levou à suspensão da segunda dose

Ministério da Saúde orientou municípios a não reservar vacinas, e estoques acabaram

Por seguirem a orientação do Ministério da Saúde — usar todo o estoque para a primeira dose, de modo a acelerar o ritmo da campanha de imunização —, prefeituras acabaram ficando sem vacinas para o reforço, ao menos da CoronaVac, que responde por cerca de 70% do total. Cidades de 15 estados, incluindo sete capitais, tiveram de suspender ontem a segunda dose da vacina. A interrupção, mais uma, entrou no radar da CPI da Covid, que pretende ouvir o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e o ex Eduardo Pazuello.

Os contratempos com a segunda dose são mais um exemplo da desorganização e da falta de planejamento que marcam a campanha de vacinação. Em 19 de fevereiro, Pazuello tinha dito aos prefeitos que não era necessário reservar vacinas para a segunda dose, mesmo sem garantia de que não faltariam. Quase duas semanas depois, o Ministério da Saúde informou o contrário: era preciso guardá-las. Em 20 de março, nos últimos dias de Pazuello na pasta, o ministério voltou atrás e orientou os municípios a não fazer reservas. No dia 26, já na gestão de Marcelo Queiro-

ga, o governo mudou de ideia de novo e recomendou que as prefeituras estocassem vacinas para a segunda dose.

A escassez de CoronaVac é atribuída ao atraso na chegada do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) da China. Devido às remessas irregulares, o Instituto Butantan não conseguiu cumprir o cronograma pactuado com o governo para entregar 46 milhões de doses. Na sexta-feira, enviou ao Programa Nacional de Imunização (PNI) mais um lote de 420 mil doses, insuficiente para suprir as necessidades. O governo não deu prazo para regularizar a situação.

A interrupção da segunda dose acontece justamente no momento em que haveria motivo para otimismo. O Brasil dispõe da maior quantidade de vacinas desde o início da campanha — a maioria da Oxford/AstraZeneca. Na sexta-feira, o PNI recebeu 7 milhões de doses da Fiocruz e do Butantan. No fim de semana, mais 4 milhões do consórcio Covax, capitaneado pela OMS. A esperança é que, com esses 11 milhões, o país possa aumentar o ritmo para 1,5 milhão de vacinados por dia — hoje, somando primeira e segunda doses, está em torno de 1 milhão. Daria para imunizar todo o grupo prioritário (80 mi-

lhões) até junho, três meses antes do previsto. A ressalva é que, até agora, nenhuma projeção do tipo foi cumprida.

Os gargalos são conhecidos. A campanha está amparada basicamente em duas vacinas: CoronaVac e AstraZeneca, produzidas no Brasil, mas dependentes de importação do IFA. O Ministério da Saúde já comprou 100 milhões de doses da Pfizer/BioNTech e 40 milhões da Janssen. Foi feita uma entrega da Pfizer, mas o grosso da encomenda só deverá chegar no último trimestre.

Com 15% de vacinados em três meses, o Brasil paga o preço de não ter comprado vacinas quando deveria, no ano passado, e de ter feito apostas equivocadas — a escassez de vacinas será um dos principais temas das investigações da CPI. Apesar de expressivo, o estoque recebido no fim de semana dá para cerca de dez dias. O resto é incerteza. A meta do governo Bolsonaro — vacinar toda a população até o fim do ano — depende de uma série de condições, e não apenas no Brasil. A única certeza é que, em muitos municípios, os idosos que forem hoje aos postos de vacinação tomar a segunda dose da CoronaVac perderão a viagem.

REFORMA TRIBUTÁRIA

UNIFICAÇÃO EM FASES

Texto deve sugerir que fusão comece por tributos federais e agregue outros aos poucos

GERALDA DOCA
E FERNANDA TRISOTTO
economia@oglobo.com.br
#GLOBA

Em uma concessão à equipe econômica, o relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), deve apresentar um parecer que prevê que a unificação de impostos que faz parte da proposta ocorra em fases, começando por tributos federais — como defende o ministro da Economia, Paulo Guedes. O texto conterà, no entanto, uma previsão para que tributos geridos por estados e municípios, que hoje são foco de polêmica entre União e Legislativo, sejam também unidos, mas só no futuro. Dessa forma, também atenderá ao desejo do Congresso, favorável a uma fusão ampla.

O novo plano prevê que a primeira fase do processo será a junção de PIS e Cofins, ambos federais, o que criaria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). No terceiro ano da fase de transição, a CBS seria unida ao ICMS e ISS, de responsabilidade de governos locais, e mudaria novamente de nome: passaria a se chamar Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A partir do sexto ano, o IPI se integraria ao sistema.

Segundo fontes que acompanham as negociações, o texto deve funcionar como uma espécie de meio termo entre o que governo e Legislativo vinham defendendo nos últimos meses. No ano passado, o Executivo enviou ao Congresso um projeto de lei para criar apenas a CBS, buscando evitar conflitos com estados e municípios. Já o Legislativo analisa

desde 2019 propostas que unificam de uma só vez contribuições federais e impostos locais — o que criou nos últimos meses pressões para compensar os entes federativos que perderiam recursos com a mudança nas regras.

A leitura do relatório está marcada para hoje. Na semana passada, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que o texto seria divulgado ontem, o que acabou não ocorrendo. Nos últimos dias, fontes afirmaram que Ribeiro estava resistente à ideia do fatiamento.

O acerto foi feito após reuniões no fim de semana entre o relator e integrantes do Ministério da Economia. Os termos do acordo foram combinados com Lira.

ALÍQUOTA SÓ DEPOIS DA PEC

Pela proposta, pontos polêmicos, como a definição da alíquota, ficariam para serem fixados por lei complementar, após a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) com as linhas gerais. Segundo fontes, a expectativa é que segmentos como saúde, educação, in-

corporação imobiliária e transporte de carga tenham tratamento diferenciado.

Quando o governo apresentou a CBS, no ano passado, a alíquota proposta para o novo imposto foi de 12%, com possibilidade de descontar gastos com insumos feitos ao longo da cadeia produtiva. A ideia enfrenta resistência principalmente por parte do setor de serviços, que não tem despesas com materiais e não se beneficiaria do sistema de compensações. Hoje, o setor pode optar por um modelo no qual a alíquota é de 3,65%, sem pos-

sibilidade de deduções. A diferenciação por segmentos seria uma forma de vencer essas resistências.

Outra polêmica que ficaria para depois seria a criação do comitê gestor responsável pela administração do imposto fruto da fusão de tributos federais, estaduais e municipais. Desde que a ideia começou a ser discutida, União e governos locais disputam por espaço no órgão. Agora, a ideia é que a regulamentação do comitê também fique para depois da eventual aprovação da PEC.

Um ponto que ainda precisaria ser definido é a criação de um fundo de compensação para estados que perderem arrecadação com as novas regras. Como o novo modelo prevê que o imposto seja cobrado no destino, onde o produto ou serviço é consumido, estados produtores temem a redução de receitas e a impossibilidade de oferecer incentivos fiscais. A perspectiva de que a União seja obrigada a transferir recursos para governos locais causou atritos no ano passado entre o ministro Paulo Guedes e parlamentares ligados às administrações estaduais. Agora, a expectativa é que isso seja definido nas próximas fases.

ESTADOS SÃO CONTRA

Apesar da sinalização de acordo, entre os estados a avaliação é que uma reforma ampla seria a melhor opção. Como um dos ouvidos durante a negociação de ontem, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) deixou claro a posição do grupo pela mudança.

Na semana passada, o Comsefaz divulgou carta, assinada pelos secretários das 27 unidades da federação, rechaçando a reforma fatiada. No documento, a avaliação é de que, ao trabalhar apenas pela unificação dos tributos federais, “a União se distancia dos demais entes federados e do interesse de toda a sociedade, uma vez que a criação da CBS dificulta sobremaneira a aprovação de uma reforma tributária ampla e não resolverá os principais entraves ao desenvolvimento do país causados pelo atual modelo de tributação”.

A comissão mista foi instalada em fevereiro do ano passado para unir as PECs 45 e 110, que tramitam na Câmara e Senado, respectivamente, e a sugestão do governo. O colegiado teve seu funcionamento afetado pela pandemia de Covid-19, e os trabalhos foram suspensos entre março e julho. De lá para cá, já teve o prazo final prorrogado por três vezes. A apresentação do relatório vem depois de uma cobrança pública de Lira pelo texto.



Após adiamentos, a leitura do relatório da reforma tributária está marcada para hoje, depois da cobrança pública do presidente da Câmara, Arthur Lira, pelo texto

ARTIGO

Por que a reforma tributária é importante para o país?

Simplificar a forma de arrecadação pode ser o único caminho viável para reduzir a carga de impostos e ter um sistema mais justo e eficiente

RODRIGO MAIA* economia@oglobo.com.br

A demanda por uma reforma tributária no Brasil já não é mais localizada ou uma necessidade pontual. Seja para lutar por um sistema mais progressivo e justo, seja para defender menos complexidade, mais segurança jurídica e um ambiente menos hostil para os negócios e os investimentos.

Há cerca de 25 anos discutimos o tamanho da carga tributária, que saltou de 26% do PIB para 33,5% entre 1996 e 2014. De lá para cá, nós nos damos conta de que o tamanho da carga tributária está ligado ao tamanho dos gastos públicos. Parte importante desse tema foi endereçado em 2019, com a aprovação da reforma da Previdência, que deve economizar R\$ 850 bilhões até 2030, abrindo espaço para investimentos públicos e redução da carga tributária.

Simplificar a forma de arrecadação de impostos pode ser o único caminho viável para redução da carga tributária, para além de ser imprescindível se quisermos um sistema mais justo e mais eficiente.

O Congresso representa a voz da sociedade, mas hoje a sociedade não tem instrumentos para exigir mudanças. Ela não sabe quanto e para quem paga os impostos, tampouco para onde vão. Quando consome bens e serviços, há, pelo menos, cinco tributos embutidos no preço: três cobrados pela União (IPI, PIS e Cofins), um dos estados (ICMS) e um dos municípios (ISS). Mesmo que você compre um produto e veja apenas o ICMS destacado em sua nota fiscal, não há dúvidas que os demais tributos estão escondidos no preço. Em toda venda de bens existe um serviço en-

volvido e vice-versa. A diferença entre a indústria e o comércio é o serviço. O supermercado utiliza serviços para que os produtos embalados e industrializados cheguem até o consumidor final.

É por isso que a criação de um único tributo sobre bens e serviços, com alíquota uniforme e cobrado de forma homogênea por União, estados e municípios, viabiliza a transparência da carga tributária e permite o exercício da cidadania pelos contribuintes.

Mesmo concentrada no consumo, a PEC 45 tem grande potencial distributivo ao realocar receitas tributárias dos entes federativos mais ricos para os mais pobres. De

acordo com estimativas feitas pelo Ipea, a criação do IVA nacional tem o potencial de redistribuir cerca de R\$ 25 bilhões das regiões mais ricas para as regiões mais pobres, em razão da adoção do princípio do destino. Considerando apenas os municípios, seriam mais de R\$ 30 bilhões realocados para municípios mais pobres e populosos.

O sistema atual é tão ruim para os mais pobres, que mesmo com alíquota uniforme estimada entre 25% (dado do CCIF) e 27% (dado do Ipea), o IVA nacional seria menos regressivo. Isso porque a seletividade é atualmente utilizada com finalidade mais arrecadatória que distributiva, dada a concentração de altas alíquotas nos combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Além disso, a eliminação de benefícios fiscais tiraria das

mãos da alta renda a maior parte do dinheiro público que deixa de ser arrecadado e que poderia ser aplicado em políticas públicas direcionadas aos mais pobres.

A criação de um sistema mais homogêneo e harmônico sem dúvida contribuiria para o aumento dos investimentos privados, a geração de emprego e renda para todos os brasileiros. O sistema atual de tributação sobre bens e serviços torna hostil o ambiente de negócios para os atuais empresários e para aqueles que pretendem investir no país. Atualmente 86% das empresas brasileiras apresentam algum tipo de irregularidade no pagamento de seus tributos (<https://endeavor.org.br/ambiente/ambiente-tributario/simplificacao-tributaria/>). Segundo estudo feito pelas universidades alemãs LMU Munich e Universität Paderborn com dados de 2016 em 100 países, o Brasil é o de maior complexidade entre todos (<http://www.taxcomplexity.org/>).

Por fim, a reforma tributária é imprescindível para o crescimento econômico. O PIB brasileiro só apresentará crescimento significativo e constan-

te se nossas empresas forem mais eficientes e competitivas. Regras específicas, regimes especiais e tratamentos diferenciados fazem com que as empresas se organizem de maneira menos eficiente, embora mais lucrativa. Há 40 anos o PIB brasileiro cresce abaixo do ritmo mundial.

Desde 1980, o Brasil caiu de 50º para 85º lugar no ranking global de PIB per capita. A melhora constante dos dados dos países em desenvolvimento, como a Índia, o Chile e a China, por exemplo, deve-se à forma mais eficiente com que as empresas organizam sua produção. E isso só é possível se as regras tributárias forem iguais para todos. Enquanto o sistema tributário for um dos principais elementos a serem considerados nas decisões de investimento e de organização dos negócios, continuaremos a produzir de forma menos eficiente, prejudicando o aumento da produção e o crescimento econômico que tornaria o Brasil um país melhor para todos.



Rodrigo Maia é deputado federal pelo DEM-RJ e ex-presidente da Câmara

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 04/05/21	



PETROBRAS VENDE TERMELÉTRICAS DO POLO DE CAMAÇARI POR R\$ 95 MILHÕES



admin 4 Maio, 2021

A Petrobras divulgou, que assinou contrato para a venda das três usinas termelétricas movidas a óleo combustível em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, por 95 milhões de reais. A venda foi para a São Francisco Energia, subsidiária da Global Participações em Energia. Segundo a estatal, o valor não considera ajustes previstos em contrato até o fechamento da transação, enquanto o acordo está sujeito ao cumprimento de condições precedentes, como aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da reguladora ANP.

As termelétricas do Polo Camaçari englobam as usinas Arembepe, Bahia 1 e Muricy, com potência total de 329 megawatts. O polo tem contratos de comercialização de energia no ambiente regulado válidos até dezembro de 2023 para as UTEs Arembepe e Muricy, e até

dezembro de 2025, para a UTE Bahia. Em março, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em São Francisco do Conde, na Região Metropolitana de Salvador. No entanto, a operação de R\$ 9,1 bilhões com fundo árabe ainda é tema de discussão no Tribunal de Contas da União, que analisa possível prejuízo ao interesse público por venda abaixo do preço de mercado. (Correio)

Veículo: G1	
Data: 03/05/21	



Mercado financeiro sobe estimativa de inflação para 5,04% em 2021 e vê alta maior do PIB

Meta central é de 3,75% e, pelo sistema em vigor, inflação será considerada cumprida se ficar entre 2,25% e 5,25%. Segundo relatório 'Focus', mercado prevê crescimento do PIB de 3,14%.

Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

03/05/2021 08h31 Atualizado há um dia

Os economistas do mercado financeiro elevaram sua estimativa média de inflação em 2021 pela quarta semana seguida e também passaram a prever uma expansão maior da economia. As informações constam do relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (3) pelo **Banco Central** (BC).

Os dados foram levantados na semana passada, em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras. Para o **Índice de Preços ao Consumidor Amplo** (IPCA), a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano subiu de 5,01% para 5,04%.

A previsão de inflação do mercado continua acima da meta central deste ano, de 3,75%, e se aproxima do teto do sistema de metas: 5,25%. Isso porque, pelo sistema atual, a inflação será considerada cumprida se ficar entre 2,25% e 5,25% em 2021.

A meta de inflação é fixada pelo **Conselho Monetário Nacional** (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia.

Em 2020, pressionado pelos preços dos alimentos, o **IPCA ficou em 4,52%**, acima do centro da meta para o ano, que era de 4%, mas dentro do intervalo de tolerância. Foi a maior inflação anual desde 2016.

Para 2022, o mercado financeiro elevou de 3,60% para 3,61% a estimativa de inflação. No ano que vem, **a meta central de inflação é de 3,50%** e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2% a 5%.

Produto Interno Bruto

No caso do Produto Interno Bruto de 2021, os economistas do mercado financeiro subiram a estimativa para o crescimento de 3,09% para 3,14%.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

Para 2022, o mercado baixou a previsão de alta do PIB de 2,34% para 2,31%. A expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à pandemia da Covid-19, que tem afetado o nível de atividade da economia mundial.

Taxa básica de juros

O mercado financeiro manteve em 5,50% ao ano a previsão para a Selic no fim de 2021, o que embute novas altas na taxa de juros neste ano.

Em março, na primeira elevação em quase seis anos, a taxa básica da economia foi aumentada pelo BC para **2,75% ao ano**.

Para o fim de 2022, os economistas do mercado financeiro elevaram a expectativa para a taxa Selic de 6,13% para 6,25% ao ano, o que pressupõe alta maior do juro básico no próximo ano.

Outras estimativas

- Dólar: a projeção para a taxa de câmbio no fim de 2021 permaneceu em R\$ 5,40. Para o fim de 2022, ficou estável também em R\$ 5,40 por dólar.
- Balança comercial: para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2021 subiu de US\$ 59 bilhões para US\$ 64 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado avançou de US\$ 54,55 bilhões para US\$ 56,50 bilhões de superávit.
- Investimento estrangeiro: a previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil neste ano permaneceu em US\$ 55 bilhões. Para 2022, a estimativa recuou de US\$ 65 bilhões para US\$ 61 bilhões.
-

Equipe econômica cai na Colômbia após protestos contra alta de impostos

Apesar do recuo, os protestos continuaram e foi convocada grande manifestação amanhã. Analistas veem semelhanças com crise do Chile em 2019 ou do Brasil em 2013

Por **Marsílea Gombata** — De São Paulo

04/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A equipe econômica do governo da Colômbia renunciou ontem após forte reação popular contra um projeto de reforma tributária que incluía aumento de impostos. Agora o presidente direitista Iván Duque deve tentar ampliar a arrecadação com maior taxaço sobre empresas e os mais ricos.

Deixaram o cargo o ministro da Fazenda da Colômbia, Alberto Carrasquilla, e os dois vice-ministros Juan Alberto Londoño e Juan Pablo Zárate. Pelo Twitter, Duque disse

que José Manuel Restrepo, até então ministro do Comércio, substituirá Carrasquilla.

A saída ocorre depois de o governo ter retirado de tramitação o projeto de reforma tributária que deu início a protestos na semana passada. Apesar do recuo, protestos continuaram e nova manifestação foi convocada para amanhã. Analistas não descartam cenário de forte insatisfação como no Chile em 2019 ou no Brasil em 2013.

O projeto de reforma tributária ganhou força com a pandemia e previa acabar com isenções fiscais e ampliar a arrecadação. Um dos pilares era a cobrança do IVA de 19% sobre serviços como telefone e internet. Estima-se que isenções gerem perdas de US\$ 20 bilhões anuais ao fisco colombiano.

“A reforma buscava aumentar impostos que atingiriam a classe média e as mais baixas. Mas também previa taxaçoão do 1% mais rico, que poderia ser descontada do imposto de renda. Começou-se a perceber que o discurso do governo para ajudar a financiar programas para os mais pobres acabaria recaindo não sobre os mais ricos ou as empresas, mas sobre os mais pobres”, diz Cesar Ferrari, da Universidade Javeriana, ao lembrar que 80% se opunham à reforma.

O governo afirmava que a reforma era necessária para ajudar a financiar programas como o Ingreso Solidário, de apoio às famílias mais pobres, e outros gastos que

surgiram na pandemia e devem elevar a dívida da Colômbia de 52% do PIB em 2019 para 67% em 2022.

“O aumento da pobreza preocupa e se não conseguirem aumentar os recursos, esses programas não poderão continuar sendo financiados”, afirma Silvana Aymara, da consultoria Control Risks.

Após a onda de protestos que começou em 28 de abril por conta da reforma, o projeto reformulado deve ser direcionado para maior tributação de empresas e pessoas de alta renda, diz Alberto Ramos, do banco Goldman Sachs.

Segundo a imprensa local, o próximo texto terá como pilares sobretaxa temporária sobre empresas, extensão de imposto temporário sobre a riqueza, aumento na tributação de dividendos. A carga fiscal da Colômbia é de 20%, muito abaixo dos 32% da do Brasil.

“O que se quer tentar agora é não precisar reduzir gasto social para manter a regra fiscal de médio prazo de déficit de 1,5% do PIB”, diz Felipe Camargo, da consultoria Oxford Economics. Antes da pandemia, a Colômbia teve déficit médio anual de 2,8% entre 2010 e 2019. Em 2020, o rombo orçamentário chegou a 8,6% e deve chegar a 5% neste ano.

Mas a situação fiscal da Colômbia é mais estável do que a do Brasil. Entre 2010 e 2019, o Brasil teve déficit orçamentário de 5,6%, chegando a 14% em 2020. Neste ano deve ficar em 8,4%.

Mas a deterioração das condições fiscais preocupam a Colômbia pelo grau de investimento que possui. A Moody's classifica a Colômbia como Baa2. A Fitch e a Standard & Poor's a avaliam com BBB-, um grau acima do status “junk”. Sem uma reforma, alertam economistas, o país dificilmente escapará de um rebaixamento.

A pressão sobre o governo continua, e grande manifestação foi convocada para amanhã. As reivindicações vão desde retirada do projeto de reforma de saúde (que fortalece o setor privado) até ampliação da vacinação anticovid. Taxistas se uniram aos protestos, assim como caminhoneiros, que reclamam do preço de combustíveis.

“Há um clima de insatisfação social com as medidas do governo e pelo pior momento da pandemia”, diz Aymara. “De certo modo, pode-se comparar com o que aconteceu em 2019 no Chile ou em 2013 no Brasil. O descontentamento social explodiu e as pessoas querem mudar suas condições de vida”, diz.

Conteúdo Publicitário

Bolsonaro é criticado por ‘gestão criminosa’ da pandemia no Parlamento Europeu

VALOR INVESTE

Governador de MG diz que Bolsonaro confundiu a população na pandemia

VALOR INVESTE

Artista imagina como ficariam cidades após apocalipse climático

UM SÓ PLANETA

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

WEG fecha seu 1º contrato de fornecimento de microrredes com Centro de Lançamento de Alcântara

O contrato de microrrede é o primeiro fechado pela companhia em todo o mundo

04/05/2021 10:18 — Em Empresas

EUA: Déficit da balança comercial sobe a US\$ 74,4 bilhões em março

Economistas projetavam US\$ 74,8 bilhões

Investimento público melhora, mas depreciação persiste

Crescimento foi puxado pelos municípios, mostram dados do Tesouro Nacional

Por **Fabio Graner** — De Brasília

04/05/2021 05h00 · Atualizado há 3 horas

Puxado por Estados e municípios, os investimentos públicos no Brasil melhoraram em 2020, na comparação com o ano anterior. Mesmo assim, não foram suficientes para compensar a depreciação do estoque daqueles que já foram realizados no passado. É como se o que se fez em obras não fosse suficiente para repor os buracos surgidos em estradas, deterioração de hospitais e outros problemas.

Segundo o Tesouro Nacional, o governo geral (União, Estados e municípios) teve “investimento líquido” negativo de R\$ 15,2 bilhões, o equivalente a 0,2% do Produto

Interno Bruto (PIB). Ou seja, o país teve perda de patrimônio investido, mesmo tendo elevado no total seus investimentos bruto de 1,17% para 1,42% do PIB de 2019 para 2020. O problema foi que o consumo de capital (a deterioração de nossa infraestrutura) subiu de 1,55% para 1,62% do PIB no mesmo período.

O maior volume investido basicamente ocorreu nos governos subnacionais, com destaque para os municípios. Os dados do Tesouro mostram um grande salto de um ano para outro, passando de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 15,4 bilhões em investimentos líquidos da depreciação feitos pelo conjunto de prefeituras.

Nos Estados, o desempenho foi pior, no terreno negativo, mas em menor escala que em 2019. O saldo líquido de investimentos foi negativo em R\$ 8,9 bilhões em 2020, ante R\$ 13,3 bilhões em 2019.

Já no governo central o quadro é de piora. Se em 2019 o saldo líquido negativo havia crescido para R\$ 18,8 bilhões, em 2020 o investimento líquido registrou saldo negativo de R\$ 21,7 bilhões.

O mau desempenho do setor público no investimento tem sido sempre justificado pela equipe econômica com base nas restrições fiscais e na excessiva rigidez do orçamento. Essa situação estaria forçando o governo a ajustar seus gastos por meio do corte na rubrica investimentos, uma das poucas sobre o qual as pastas efetivamente têm controle.

Uma fonte do governo destaca que investimento é algo meritório, principalmente em infraestrutura, mas nada justificaria a perda do controle fiscal. Segundo esse interlocutor, a falta de disposição em cortar despesas não tão meritórias e de se aumentar impostos inviabilizaria qualquer tentativa de se ampliar os investimentos, sobe pena de afundar a economia e, no fim das contas, investir-se menos ainda, tanto setor público como privado.

Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (FGV Ibre) e ex-secretário de Política Econômica do então Ministério da Fazenda, defende que se busque uma solução fiscal que permita ao governo investir mais. “Não está dado que o governo não pode investir mais”, disse Pires, que é crítico do desenho brasileiro da regra do teto de gastos.

Para ele, embora parte dos investimentos públicos possa ser transferida para o setor privado, nem tudo é possível e é importante reverter esse fenômeno da depreciação estar superando os novos investimentos.

Pires destaca que a relativa melhora que houve no ano passado nesse indicador se deve principalmente aos municípios, que não têm uma crise fiscal como a dos Estados, estão nos últimos anos arrecadando mais com o ISS e, com a pandemia, tiveram reforço de caixa via transferência do governo federal, o que permitiu a eles reagirem com medidas de investimentos, como expansão de leitos hospitalares e ajustes nas escolas.

Conteúdo Publicitário

Exclusivo: aceleramos o novo Mercedes EQS, elétrico com multimídia gigante que pode peitar a Tesla

UM SÓ PLANETA

Honda E: carrinho elétrico chega ao país de forma independente e (bem) mais caro que um Accord

UM SÓ PLANETA

Funcionários estão buscando mais benefícios ligados ao bem-estar

VALOR INVESTE



Por Luiz Schymura

Luiz Schymura é pesquisador do FGV/Ibre

Mais Estado

Próximas políticas devem seguir uma lógica diferente de quando o vírus aterrissou em nosso país

04/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Em um passado não muito distante, não havia no Brasil muita preocupação com a questão fiscal. Desde a segunda metade dos anos 90, os ventos começaram a mudar e as contas públicas passaram a receber atenção crescente dos formadores de opinião e do sistema político.

Em especial, nas últimas duas décadas, grandes avanços foram feitos em termos de consolidação fiscal: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a renegociação da dívida dos Estados, a realização de superávits primários por anos a fio, o teto dos gastos e três reformas da Previdência. Diga-se de passagem, a última reestruturação do modelo de aposentadorias e pensões foi bastante profunda e realizada num período - o ano de 2019 - no qual iniciativas desse tipo eram rejeitadas pelo eleitorado em diversos países mundo afora.

Projetos bem focados com retorno alto devem ser prioridade

A recente guerra para a aprovação do Orçamento também trouxe novidades. Com todas as dificuldades oriundas da crise sanitária, Executivo e Legislativo trabalharam com afinco para convencer os agentes econômicos do comprometimento dos Poderes com a disciplina fiscal, algo impensável no Brasil de algum tempo atrás.

Mas, a despeito dos progressos, o receio de insolvência pública persiste. O desafio agora é caminhar da disposição em arrumar as finanças públicas para a conquista da percepção de um Estado estruturalmente solvente.

É verdade que a onda fiscalista, que vem tomando o imaginário de um número crescente de formadores de opinião, foi sensível ao momento crítico da crise da covid-19. Houve o entendimento de que a liberação de recursos públicos seria fundamental para mitigar o impacto sanitário e humanitário da pandemia. Com isso, foi possível excetuar as despesas relativas à covid-19 das “âncoras” fiscais ora em vigor, sem que o mercado “punisse” a elevação do déficit primário. É importante notar que essa tolerância está baseada na crença de que o esforço de consolidação fiscal deve continuar, e os gastos excepcionais são, portanto, acidentes de percurso.

No entanto, já se pode enxergar no radar nova necessidade de aportes extras de recursos públicos, mesmo em um hipotético cenário de término rápido da famigerada pandemia. É a segunda onda de atuação do Estado! Não resta dúvida sobre as marcas consideráveis que a covid-19 deixará na atividade econômica e no mercado de trabalho. Lembremos que, em 2019, após a aprovação de uma reforma da Previdência ousada em termos de redução de despesas públicas, a resposta da economia foi pífia. Depois da recessão de 2015/16, e de um crescimento trôpego de 2017 a 2019, as projeções eram de crescimento não muito superior a 2% para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. A taxa de desemprego iria melhorar lentamente no decorrer dos meses, fechando o ano ainda elevada, em duas casas decimais. E esse cenário pouco animador da atividade e do emprego ocorria com a dívida bruta estabilizada e inferior a 80% do PIB.

Com o infortúnio do novo coronavírus, tudo piorou, claro. Diante disso, é de se esperar que o setor privado precise de um tempo para se reorganizar. Porém, se os empregos não voltarem rápido, assistiremos ao caos social. Hoje, é inconcebível aceitar um cenário de lenta melhora do mercado de trabalho sem nenhuma ação efetiva. Por isso, parece inevitável a atuação do Estado para aliviar o desespero dos desafortunados.

Contudo, na nova rodada, os aportes de recursos devem seguir uma lógica diferente de quando o vírus aterrissou em nosso país. Nesta circunstância, que ainda perdura, foram necessárias verbas para proteger os vulneráveis e as empresas em uma situação de economia “desligada”. Já as próximas políticas devem impulsionar a atividade, gerando empregos e permitindo que a economia “religue” enquanto o setor privado está combalido.

Para ser o agente catalisador da retomada, o Estado deve priorizar projetos bem focados, cujo retorno seja elevado, o que remete a uma realidade que foi exposta no debate do Orçamento de 2021: a seriedade na esfera macroeconômica e a “bagunça” microeconômica.

No conflituoso processo de aprovação do Orçamento de 2021, que dominou o noticiário econômico recente, tudo foi prometido, alegado e acordado tendo em vista respeitar o teto de gastos. Por outro lado, o espaço fiscal foi pulverizado em emendas parlamentares que, independentemente do mérito individual de cada uma, não constituem um plano de investimento público consistente, com poder de impulsionar a economia, orientar e estimular o investimento privado. Pouco ou quase nada se debateu sobre a natureza específica e a qualidade dos gastos que se programaram ou se cortaram para chegar ao acordo final e à subsequente sanção presidencial da peça orçamentária.

Em face desse quadro, os Poderes Executivo e Legislativo terão que ser extremamente cuidadosos e transparentes quando da proposição das políticas públicas que ajudarão na retomada da economia, bem diferente do que foi feito na aprovação do Orçamento de 2021. A saída não será fácil!

Portanto, é desejado um reposicionamento do governo para ajudar na construção de uma solução, pois, como aponta Nelson Barbosa, meu colega do FGV Ibre, “a deficiência do orçamento público deriva em boa parte da omissão do Executivo em dar as cartas”.

Em suma, os momentos da pandemia e pós-pandemia exigem inevitavelmente um desequilíbrio momentâneo das contas públicas. As políticas de apoio aos vulneráveis e às empresas deram respostas satisfatórias. O próximo teste se dará no momento pós-pandemia. Nesse novo contexto, as políticas terão que focar na retomada do emprego e da economia. O objetivo deve ser o de criar condições para que o setor privado retome seu protagonismo assim que possível, mas não deixando o dinamismo econômico se apagar enquanto as empresas se reestruturam. Infelizmente, a negociação do Orçamento não nos deu um sinal muito positivo quanto ao foco dos recursos públicos e, por conseguinte, em relação ao papel a ser exercido pelo Estado no pós-pandemia. A microeconomia deixou muito a desejar.

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre e escreve mensalmente

E-mail: luiz.schymura@fgv.br

São Paulo oferece novo regime de ICMS-ST

Estado não devolverá a varejista o que foi pago a mais de imposto nem cobrará eventual diferença

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

04/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

São Paulo seguiu o caminho adotado por outros Estados para simplificar o ICMS-ST (substituição tributária). Implementou o Regime Optativo de Tributação (ROT) para não ter que devolver às varejistas o que as indústrias pagaram a mais de imposto. Em contrapartida, o governo estadual não poderá cobrar o contribuinte caso tenha recolhido um valor menor. As regras para adesão foram publicadas no sábado, dia 1º, por meio da Portaria CAT nº 25.

O problema surgiu depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que os Estados têm a obrigação de restituir o ICMS-ST pago a mais - no caso de um produto ser vendido por um valor menor que o estabelecido. O julgamento, em repercussão geral (RE 593849), foi realizado em 2016.

Depois do julgamento, com a justificativa de simplificação da substituição tributária, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) instituiu o Regime Optativo de Tributação, em julho de 2019, por meio do Convênio ICMS nº 67. Alguns Estados como Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e agora São Paulo, já implementaram esse sistema.

Em São Paulo, o novo regime está previsto no Decreto nº 65.593, publicado no dia 26 de março. E a regulamentação, na Portaria CAT nº 25. Na norma está estabelecido que o prazo de permanência no regime é de no mínimo um ano. Também ficou determinado que a Fazenda pode, de ofício, descredenciar um contribuinte do ROT, desde que de maneira motivada. Mas não esclarece que motivos seriam esses. Por fim, a portaria esclarece que ainda serão divulgados os segmentos liberados para adesão.

No ano passado, o Estado arrecadou R\$ 25 bilhões por meio da substituição tributária - nesse regime o imposto de toda a cadeia produtiva é recolhido pelo fabricante ou importador, com uma estimativa de preço do produto. Os varejistas pagaram cerca de R\$ 2,3 bilhões de complemento, segundo dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo (Sefaz-SP).

O objetivo do novo regime, segundo nota enviada ao **Valor** pela Sefaz-SP, “é retomar a definitividade da substituição tributária”, na qual “o contribuinte não poderá solicitar ressarcimento do imposto retido por antecipação quando o produto for vendido por um valor menor que a base de cálculo do ICMS-ST, assim como o Estado não poderá cobrar o complemento quando o preço praticado para o consumidor final for maior que a base de cálculo utilizada na retenção”.

Para advogados tributaristas, as varejistas devem analisar se realmente vale a pena financeiramente abrir mão das restituições e não pagar os complementos. Renata

Bardella, do escritório Schneider, Pugliese, lembra do julgamento do STF e reforça que o parágrafo 7º do artigo 150 da Constituição é claro ao estabelecer que, no regime de substituição tributária, deve ser “assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido”.

De acordo com Renata, ainda cabe discussão judicial sobre a obrigação de pagamento de um complemento, medida que ela considera inconstitucional. “Até porque cabe aos Estados definir a base de cálculo do ICMS-ST, de forma que se aproxime o maior possível do preço efetivamente praticado ao consumidor final, não sendo cabível, portanto, cobrar eventual diferença do contribuinte”, diz.

Para empresas que têm altos valores de restituição, por exemplo, afirma a advogada, a adesão pode não ser o melhor caminho. “Por mais que pareça convincente de que esse regime optativo trará simplificação, cada empresa deve olhar de perto sua operação e avaliar se vale a pena aderir, já que ainda existe margem para se discutir a constitucionalidade desse complemento”, diz.

O advogado tributarista Carlos Eduardo Navarro, do escritório Galvão Villani Navarro, também concorda que ainda existe espaço para discutir a exigência desse complemento e que, uma eventual adesão ao ROT, impediria qualquer questionamento posterior. Ele dá o exemplo do julgamento ocorrido recentemente no STF que negou a exclusão do ICMS da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

“Um dos argumentos que os ministros aceitaram é o de que a CPRB é opcional, o contribuinte escolheu e por isso não caberia questionamento”, afirma. Para ele, o Regime Optativo de Tributação é uma saída inteligente do Estado e cada empresa deve avaliar se realmente compensa aderir, em nome da simplificação.

Conteúdo Publicitário

Imetame terá termelétrica com carbono neutro

UM SÓ PLANETA

Venda de bens na nova recuperação extrajudicial

A não sucessão na venda de bens constantes do plano de recuperação extrajudicial é medida aplicável e crucial

Por **Julio Kahan Mandel e Thais Kodama da Silva**

04/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Lei nº 11.101/05 (LRF) foi reformada pela Lei nº 14.122/20. A recuperação extrajudicial foi aprimorada para se tornar mais célere e eficiente, estimulando a sua utilização pelo devedor em crise. É uma alternativa à recuperação judicial, por ser um procedimento mais simples e menos custoso, e que não demanda tanto do Judiciário.

Contudo, nestes 16 anos da LRF, foram poucos os casos de recuperação extrajudicial em comparação com os de recuperação judicial impetrados, pois na extrajudicial

não havia submissão dos créditos trabalhistas aos seus efeitos, tampouco previsão de suspensão de ações e execuções (stay period), além do risco de declaração de ineficácia de atos em caso de falência, exigia um quórum elevado para aprovação do plano (3/5 dos credores), e não havia previsão de venda sem sucessão na venda de ativos.

A não sucessão na venda de bens constantes do plano de recuperação extrajudicial é medida aplicável e crucial

A alteração trouxe importantes inovações, ao permitir a sujeição de todos os créditos existentes na data do pedido, exceto os créditos de natureza tributária e aqueles previstos no parágrafo 3º do artigo 49 e no inciso II do caput do artigo 86 da LRF, e a sujeição dos créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho (mas que exige negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria profissional, nos termos do parágrafo 1º do artigo 161 da LRF).

Também inovou no parágrafo 8º do artigo 163 da LRF, ao permitir a suspensão das ações em face de devedor, desde o respectivo pedido, em relação aos créditos por ela abrangidas, a ser ratificada pelo juiz se comprovado o quórum inicial exigido pelo parágrafo 7º desse artigo; além de alterar a redação do artigo 131 da LRF para mitigar os riscos de eventual declaração de ineficácia de atos constantes do plano de recuperação extrajudicial em caso de falência posterior.

Outro ponto relevante foi a redução do percentual mínimo de adesão dos credores exigido pela lei para a homologação judicial do plano de pagamentos, que passou a ser de 50%.

Porém, a reforma não deixou expressa a não sucessão do adquirente em caso de venda de bens prevista no plano de recuperação extrajudicial, o que tem suscitado debates e divergências de opinião. Ora, não permitir a venda sem sucessão seria um atraso, em nada condizente com a modernidade buscada pelo legislador com a reforma.

Ainda mais em tempos de crise, a venda de bens é um dos principais meios de recuperação, sendo certo que a alienação de unidades produtivas isoladas (UPI) é uma das formas de alienação de ativos mais adotada nos casos de recuperação atualmente. Excluir essa possibilidade no caso da extrajudicial seria novamente prejudicar o acesso a esse importante instrumento de reestruturação.

Na recuperação judicial, a LRF é expressa, em seu artigo 60: se o plano de recuperação judicial aprovado envolver alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas do devedor, o juiz ordenará a sua realização, observado o disposto no artigo 142 da lei, e que o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 141 da lei. Também não há sucessão do arrematante em caso de venda de ativos na falência (inciso II do artigo 141 supracitado).

A reforma ainda acrescentou o parágrafo 3º ao artigo 66, ratificando que, na recuperação judicial, desde que a alienação seja realizada com observância do disposto no parágrafo 1º do artigo 141 e no artigo 142 da lei, o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do adquirente nas obrigações do devedor, incluídas as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista.

Apesar de a reforma não ter explicitado a inexistência de sucessão na venda de ativos na recuperação extrajudicial, e sendo fundamental esse instituto nos dias atuais, e sendo que a reforma buscou fomentar a sua aplicação, fica clara a intenção do legislador em incluir a não sucessão nesse caso.

O artigo 166 dispõe: se o plano de recuperação extrajudicial homologado envolver alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas do devedor, o juiz ordenará a sua realização, observado, no que couber, o disposto no artigo 142 da lei.

A alienação de bens na recuperação extrajudicial deve ser interpretada em conjunto com os demais artigos da LRF e seus princípios norteadores, de forma a entender que a alienação de UPI ou filiais, desde que realizada por uma das formas públicas de alienação e previstas no artigo 142, terá seu objeto livre de qualquer ônus e não implicará sucessão do arrematante nas obrigações do devedor. A jurisprudência deverá ordenar e clarear essa disposição, para que tenhamos em breve a segurança jurídica necessária para que as vendas de ativos de devedores ocorram em segurança, rapidez e a preço justo, permitindo que a recuperação rápida de empresas via RJ extrajudicial seja eficaz, reestruturando empresas viáveis e ajudando credores a receberem a maior parte de seus créditos dentro da capacidade de pagamento da devedora.

Dessa forma, considerando a intenção do legislador de aprimorar a RJ extrajudicial e a existência de dispositivos nesse sentido tanto para a recuperação judicial quanto para a falência, e que a forma de venda da extra segue os mesmos formalismos dos institutos citados, a não sucessão na venda de bens constantes do plano de recuperação extrajudicial é medida aplicável e crucial, e o entendimento diverso colide com os princípios norteadores da LRF da preservação e da função social da empresa, e seu objetivo principal: a recuperação das empresas economicamente viáveis, com segurança jurídica.

Julio Kahan Mandel e Thais Kodama da Silva são, respectivamente, membro da Comissão de Direito Falimentar e Recuperacional do IASP e membro da Comissão Estudos de Recuperação Judicial e Falência da OAB-SP; e advogada atuante na área de recuperação de empresas e falência, especialista em Direito Processual Civil pela PUC-SP

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Voucher para saúde é ideia de Guedes difícil de ir adiante

Bônus para trabalhador, porém, é algo mais concreto, com algumas alternativas já desenhadas pela área técnica

Por **Fabio Graner e Edna Simão** — De Brasília

04/05/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

Duas possíveis medidas citadas nos últimos dias pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) e o voucher para o uso na rede privada de saúde, estão em estágios bem diferentes de discussão. O primeiro é algo mais concreto, com algumas alternativas já desenhadas pela área técnica, inclusive com a possibilidade de ele ser bancado fora do teto de gastos (mas dentro da meta de resultado primário). Já o segundo, indicam fontes, parece ser algo que ainda está mais no campo das ideias de Guedes, sem desenhos formalizados.

O BIP, explicou uma fonte ao **Valor**, tem a intenção de ajudar a geração de empregos no pós-pandemia, como parte do conceito de rampa de acesso sonhado por Guedes com a carteira verde e amarela, que segue entre as propostas nas gavetas da Economia.

Pelo que se sinalizou até agora, os trabalhadores que o ministro convencionou chamar de “invisíveis” por estarem na informalidade, em especial os mais jovens, receberiam recursos para fazer cursos técnicos ou de aperfeiçoamento profissional. O objetivo é aumentar suas chances de encontrarem um emprego, ao mesmo tempo em que o governo melhora a condição social dessas pessoas.

Em entrevista ao jornal “O Globo”, Guedes disse que o benefício seria de R\$ 200 a R\$ 300. Há outras definições a serem tomadas, como o tempo de recebimento dessa renda por pessoa, a fonte de recursos para financiá-la (mesmo fora do teto de gastos, o programa estaria dentro da meta fiscal e da regra de ouro, precisando caber nessas duas regras fiscais).

Antes, na quarta-feira passada, Guedes reafirmou que o governo pretende lançar logo o BIP, proposta que vem sendo discutida desde o ano passado. “É a possibilidade de esse pessoal informal conseguir trabalho assim que a vacinação em massa permitir o retorno seguro ao trabalho”, disse na ocasião.

Já o voucher parece mais uma tentativa de o ministro explicar o contexto de sua declaração sobre as pessoas estarem querendo viver mais, afetando a capacidade do Estado bancar as despesas, do que uma ideia que esteja realmente se aproximando de se tornar algo real. A medida teria dificuldades de ir adiante.

A semana passada foi bastante atribulada para o ministro da Economia por causa do vazamento de declarações deles que transmitiram uma imagem, por ele negada e rejeitada, de alguém que não tem empatia com a situação das populações mais pobres do país. Por isso, ele tentou uma ofensiva na imprensa para tentar desfazer essa imprensa e aproveitou para sinalizar novos programas do governo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Sofá 3 Lugares Retrati...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina De Varão Voil Com Forro Micro Fibra 3,00 X 2,80 Ilhós Cromado

R\$ 124,20

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Marca alemã de automóveis lança óculos de alto padrão com preço justo

THINGTEX

LINK PATROCINADO

Novo mop inteligente consegue limpar sua casa na metade do tempo. É incrível!

MOP CLEAN MAX

Conteúdo Publicitário